

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 280
ABRIL
1995
R\$ 1,50

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA, PÁGS. 5 E 6
CRISE DA FAMÍLIA, PÁGS. 18 E 19
PENSAMENTO NEOLIBERAL, PÁG. 20

FIN D'UNE CIVILISATION. CAPA DA REVISTA VU, 1º DE MARÇO DE 1933



AS ENGRENAGENS DO CAPITALISMO
ESTÃO ESMAGANDO A SOBERANIA DOS
POVOS. O BANCO MUNDIAL, O FMI,
A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO
(OMC) E AS EMPRESAS MULTINACIONAIS
CONTROLAM AS POLÍTICAS ECONÔMICAS
DOS ESTADOS NACIONAIS.

LEIA O DOSSIÊ NAS PÁGINAS 10 A 15

MUTAÇÕES DO CAPITALISMO

- Nacional** ☆ A lenta agonia do plano real (pag.3) ☆ O PT contra as reformas ☆ Financiamento: um breve balanço (pag. 9)
- Previdencia** ☆ FHC deve retirar a emenda (pag.5)
- Partido** ☆ Organizar a Opção de Esquerda (pag.7)
- Sindical** ☆ Por uma nova corrente cutista (pag. 8)
- Feminismo** ☆ A esquerda frente a crise da família (pag. 18)
- Dossiê As mutações do capitalismo** ☆ As novas vestes do imperialismo (pag. 10) ☆ Banco Mundial e FMI: basta! (pag. 11) ☆ O que está por trás da OMC? (pag. 12) ☆ A crise monetária e a Europa (pag. 13) ☆ Círculo vicioso do neoliberalismo (pag. 14)
- Notas internacionais**
- ☆ Alemanha, Nicarágua, El Salvador (pag. 16)
- Socialismo** ☆ O fim da história (pag. 17) ☆ O pensamento único (pag. 20)

Na comemoração dos cem anos do nascimento do cinema, esta edição do **Em Tempo** é toda ilustrada com fotos que registram momentos marcantes da história da sétima arte.

A esquerda brasileira perdeu, nos últimos anos, muito do que havia acumulado em termos da compreensão da importância da imprensa para os socialistas. Voltar a esta discussão é hoje imperioso para defender a imprensa do PT, para defender o **Em Tempo** e para sustentar um perfil mais militante para a esquerda petista.

Afinal, temos todas as condições de fazermos isso, já que nossa tendência, a Democracia Socialista, sempre foi, ao longo da história do PT, uma defensora incansável da imprensa partidária. E garantimos, ao longo de 18 anos, a circulação do **Em Tempo** - hoje como uma publicação destinada aos filiados do partido que busca promover debates, difundir informações e pontos de vista mais gerais sobre o movimento socialista e organizar a atuação de uma parcela dos petistas na luta pela construção de um partido socialista, democrático e militante.

A função da imprensa socialista. Um partido para se construir de maneira sólida e organizada precisa *estruturar uma imprensa e um sistema de comunicação* própria por três motivos.

O primeiro é conhecido por todos os petistas: a militância é "informada" sobre os acontecimentos pelas páginas da grande imprensa; as posições no partido consideradas mais aceitáveis pelas elites tem trânsito permanente na *mídia*, enquanto que as posições socialistas, consideradas radicais, não conseguem veicular suas propostas; a pauta política definida pela grande imprensa determina pontos centrais do debate interno no partido; etc. Se abdicar de priorizar a construção de uma imprensa independente, um partido de esquerda coloca, define ou não as coisas nestes termos, *a tarefa de construir os posicionamentos e opiniões de amplas parcelas de sua militância nas mãos da imprensa burguesa*. E é justamente contra estas posições que temos que lutar se queremos mudar a sociedade.

O segundo é a construção do caráter militante do partido e, em decorrência, o de sua democracia interna real. Num partido de massas, com simpatizantes e militantes ativos em todos os movimentos e esferas da sociedade, a única possibilidade de oferecer uma orientação comum para sua atuação

é através de uma imprensa própria. Sem isso, a atuação militante é fragmentária e perde facilmente o sentido partidário. Sem imprensa nunca teremos o fortalecimento do caráter militante de um partido, um movimento ou uma corrente política. E sem informação constante, a participação e posicionamento dos filiados tende a ser mais despolitizada, a se basear mais na simpatia para com este ou aquele dirigente ou, no máximo, na discussão travada nas vésperas dos momentos de decisão.

O terceiro é que um órgão de imprensa política força uma dinâmica de elaboração coletiva entre os dirigentes comprometidos com a sua sustentação, fortalecendo processos de convergência e clarificação das posições políticas.

O papel do Em Tempo. É a partir deste entendimento da atuação dos socialistas que defendemos a imprensa petista. E também que definimos um papel para o *Em Tempo* como veículo dirigido aos petistas - uma publicação que circula discussões e análises, buscando desenvolver uma visão comum sobre as tarefas na construção do PT e na unificação da esquerda partidária e sobre o debate socialista em um sentido mais geral. Queremos aprofundar este papel, garantindo uma maior inserção no interior do partido.

Este é um processo simultâneo e combinado ao da construção da hegemonia do campo de esquerda na condução do partido. Neste sentido temos procurado abrir o *Em Tempo* para a contribuição de companheiros e companheiras de outras correntes do partido. É também neste sentido que nós tomamos a iniciativa de propor a constituição um jornal comum da *Opção de Esquerda*, dentro de um processo de dotar este campo de maior organicidade.

Lembramos isso como parte do esforço para restabelecer uma relação militante com a imprensa socialista em geral. E também para recordar que *Em Tempo* é sustentado pela venda de assinaturas e pela venda direta a petistas. E que é apenas na medida em que encontremos o respaldo militante nestas atividades que poderemos continuar a desempenhar nosso papel no PT.

José Corrêa Leite

LEIA E ASSINE EM TEMPO:

QUEM OPTAR PELA ASSINATURA DE APOIO RECEBERÁ, JUNTO COM O JORNAL, TEXTOS DE DEBATES TEÓRICOS

Sim, quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

- Apoio R\$ 30,00 Normal R\$ 15,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 66 55 50

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

- Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB 18.663 DR1/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

- José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Árabe.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda - São Paulo/SP CEP 01151-000 Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04 Bemfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

A lenta agonia do Plano Real

JOÃO MACHADO

Está em curso uma lenta, mas persistente, aceleração da inflação: de cerca de 1% em fevereiro e pouco menos de 2% em março, pela maioria dos índices, ela deve passar a algo em torno de 2,5% em abril e talvez 3% em maio. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, tem repetido que isto é normal, que em nenhum país é possível ter inflação zero ou sempre declinante, que às vezes a inflação deve mesmo subir, para poder cair depois; mas estas considerações um tanto acacias não são suficientes para passar a convicção de que tudo está sob controle. O fato é que o "Plano Real" tornou-se cada vez mais um conjunto confuso de remendos.

Após a estréia da nova moeda, em julho, a estabilização dos preços se apoiou sobretudo na "âncora cambial". Como a entrevista de Paulo Nogueira Batista Jr. no **Em Tempo** nº 279 deixou claro, os resultados muito favoráveis em termos de queda da inflação, até o início de 1995, foram conseguidos sobretudo com a utilização da posição forte que a economia brasileira tinha no setor externo. Mas esta política comprometeu rapidamente a posição externa da economia brasileira: a partir de novembro começaram a registrar-se déficits elevados na balança comercial. O aquecimento da demanda, provocado pela queda rápida da inflação, contribuiu para isto.

A equipe econômica sabia que isto ocorreria (embora muito provavelmente tenha subestimado a rapidez e a intensidade da reversão dos fluxos comerciais). Mas até dezembro achava que isto seria até positivo, pois os enormes déficits em conta corrente que resultariam destes grandes déficits comerciais seriam financiados com farta entrada de capital externo, como vinha ocorrendo na América Latina. Obviamente a equipe econômica subestimava as consequências da alta das taxas de juros que começaram desde fevereiro de 1994 nos EUA e foi surpreendida pela quebra do México.

Com a crise, os problemas da política adotada ficaram evidentes, e o governo começou a fazer correções. Foram tomadas medidas para reforçar as exportações e reduzir importações (entre elas providências para reduzir o crescimento da economia). Depois, no início de março, foi feita (de forma muito confusa) uma desvalorização do real. Foram elevadas as tarifas de importação de diversos produtos, especialmente automóveis e eletrodomésticos.

Mas isto não foi suficiente para reverter a situação da balança comercial. A previsão é de que os números de março registrarão um novo déficit de grande magnitude, e que mesmo em abril, quando a elevação das alíquotas de importação de diversos produtos para 70% começará a fazer efeito, o resultado será negativo. Para piorar o quadro, nestes meses houve uma grande perda de reservas (acelerada pela confusão cambial de março): dos antigos US\$ 43 bilhões restam talvez 30 bilhões (os números oficiais só são divulgados com muito atraso), e as perdas de divisas ainda não foram estancadas.

Agarrar-se à âncora cambial

Seria de esperar que diante disso tudo o governo mudasse de vez, e de forma profunda, a política econômica. Mas ele ainda se agarra à âncora cambial! As medidas tomadas desde o início de março significam uma "flexibilização" dela, não seu abandono. É o que se vê pela fixação de uma faixa de variação estreita para o dólar, acompanhada da promessa sempre repetida de que ela "será mantida por muito, muito tempo", e pelo fato de que, se algumas alíquotas de importação foram aumentadas, outras estão sendo até reduzidas (ou zeradas: no dia 12 de abril, um decreto presidencial zerou o imposto de importação de cerca de 100 produtos, na área de alimentos e insumos industriais). Na entrevista já citada, Paulo Nogueira explicou como o apego da equipe econômica à ancoragem externa é forte.

Para conseguir o superávit indispensável na balança comercial é necessária uma nova desvalorização do real, e o abandono de qualquer fixação nominal posterior da taxa de

câmbio. Mas o governo adia o enfrentamento da questão e toma medidas que têm graves efeitos colaterais. Foi para evitar maiores saídas de capitais que, no dia 10 de março, os juros deram um salto, ficando num patamar acima de 4% ao mês (nominais). Isto porque, para "convencer" o "hot money" de que vale a pena ficar no Brasil, é preciso dar-lhe uma remuneração (juros) maior do que a soma da desvalorização cambial esperada e da taxa de juros que poderia conseguir no exterior, acrescida naturalmente de uma compensação pelo maior risco.

Além disso, juros altos ajudam a exportação: através do mecanismo dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio, os exportadores recebem o pagamento antecipadamente, pagando juros do mercado externo (algo como 10% ao ano) e aplicam este dinheiro no país, a juros brasileiros (que estão em cerca de 70% ao ano). Isto permite um ganho adicional que compensa a excessiva valorização do real. Aliás, esta é uma das razões que explicam o aparente paradoxo de as exportações brasileiras terem crescido nos últimos meses, apesar da sobrevalorização do real (mas as exportações de manufaturados de fato caíram: se no total as exportações cresceram é pelo aumento das vendas de produtos agrícolas que estão com o preço internacional conjunturalmente alto).

O veneno dos juros altos

Juros altos ainda têm um papel central em outro objetivo do governo, o de desaquecer a economia. Mas segurar o capital externo especulativo e compensar os exportadores à base de juros altíssimos, tentando freiar ao mesmo tempo a economia, tem inúmeras repercussões negativas. Quebra os que recorrem ao crédito agrícola (sem, evidentemente, dar razão à chamada "bancada ruralista", que sempre legisla em causa própria, é preciso reconhecer que os produtores rurais, como outros setores, estão sendo esmagados por juros escorchantes). Torna mais difícil qualquer plano de desenvolvimento. E inviabiliza qualquer "ajuste fiscal": as estimativas já são de que o serviço da dívida pública interna e externa consumirá este ano mais de 25 bilhões de dólares, isto é, 5% do PIB. E, no entanto, pelos discursos oficiais, o "ajuste fiscal" deveria ter sido o ponto de partida do "Plano Real"...

Ou seja: a "flexibilização" da âncora cambial que o governo teve de fazer a contragosto já está provocando alguma tendência à elevação da inflação; a tentativa de remendar a política com medidas como elevação dos juros tem efeitos muito negativos sobre toda a situação econômica, inclusive sobre a própria inflação; e além disso tudo, o que foi feito é muito insuficiente para garantir o superávit comercial indispensável para retirar o Brasil da rota do México.

O governo se agarra a uma escora que já está mais do que bichada, a "âncora cambial"; pega uma outra - os juros altos - que tende a envenenar toda a economia. E para sair disso sonha com uma terceira, "as reformas". O discurso é que "as reformas" consolidariam o real. Mas estas "reformas" no mínimo demandariam tempo, e é preciso agir já; e os países que praticaram tais "reformas" com mais rigor, o México e a Argentina, estão muito pior do que antes.

Enquanto os problemas fundamentais não são enfrentados, o "Plano Real" agoniza; e o governo não sabe, não quer ou não pode reorientar a política econômica. □

João Machado é economista e membro da Executiva Nacional do PT.

O Plano Real tornou-se cada vez mais um conjunto confuso de remendos.



THE GREAT ADVENTURES FILMS DE TONY THOMAS

GREGORY PECK NO CONVÉS DESTROÇADO DO SEU NAVIO EM CAPITÃO HORATIO HORNBLLOWER (1951).

O PT contra as reformas

JOAQUIM SORIANO

Em 1º e 2 de abril, o Diretório Nacional do PT avaliou a conjuntura e finalmente, após muitas lutas e vindas, definiu qual a posição do partido sobre as emendas constitucionais enviadas pelo governo ao Congresso Nacional.

Emendas da "Ordem Econômica"

A principal resolução diz respeito à defesa intransigente do setor público estatal. Ou seja, as bancadas do PT votarão contra as emendas apresentadas pelo governo. O PT também se definiu pela democratização e pelo controle social sobre as empresas estatais. Esta posição se concretiza numa emenda constitucional, que as bancadas e a executiva decidirão o momento de apresentá-la para debate e votação.

Com relação à emenda do governo que pretende isonomia para tratamento de empresa brasileira de capital nacional e empresa estrangeira, o PT se posiciona contrário. Apresentará uma emenda onde define empresa brasileira como a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País (Art. 171). A lei estabelecerá proteção e benefícios especiais temporários para empresas brasileiras e na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial àqueles fornecidos por empresas sobre o controle societário de brasileiros.

A pesquisa e lavra de recursos minerais somente serão efetuadas mediante contrato por tempo determinado, através de autorização ou concessão da União, por brasileiros ou empresa brasileira, que também estabelecerá as condições quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

O DN decidiu rejeitar a emenda do governo sobre o gás canalizado, mantendo o monopólio da distribuição para empresas estatais.

A previdência social

Eis a resolução do DN sobre o tema:

"O Diretório Nacional, diante da proposta do Governo Federal de reforma da Previdência Social, resolve:

1º) Reafirmar a posição do PT em defesa do conceito de Seguridade Social contido na Constituição de 1988, bem como

de luta para sua efetivação, através do conjunto da legislação infra-constitucional e de mudanças na gestão da Previdência Social, no sentido de sua democratização e constituição de efetivo controle social.

2º) O PT reafirma sua posição em defesa da previdência pública, combatendo as tentativas de sua privatização que atende aos interesses das seguradoras.

3º) Reafirmar a posição do PT de defesa da aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria em menor tempo para as mulheres, a aposentadoria dos trabalhadores rurais, o direito à aposentadoria proporcional e as aposentadorias especiais de quem efetivamente trabalha em condições que a justifiquem.

4º) Reafirmar a tradicional posição do PT de combate a qualquer tipo de privilégios - carteiras especiais para vereadores, deputados, governadores, prefeitos e presidentes da República incluídos - não aceitando a vergonhosa postura do governo de confundir conquistas legítimas de duras lutas dos trabalhadores com privilégios inaceitáveis.

5º) Além disso, é essencial o combate às fraudes, à sonegação, garantindo o patamar de arrecadação. É preciso que o governo tome medidas imediatas neste sentido, inclusive com auditoria das contas da Previdência.

6º) Uma auditoria prévia é o primeiro passo para abriremos em toda a sociedade uma ampla e aprofundada discussão sobre o futuro e o presente da Previdência Social.

7º) Orientar a bancada no sentido de desenvolver táticas que impeçam qualquer tentativa de formação de um rol compressor governista, que impeça a necessariamente longa discussão referida no item anterior. Nesse sentido, nossa bancada deverá se posicionar contra a proposta de reforma do governo e avaliará o momento para apresentar emendas; a do deputado Eduardo Jorge deve ser retirada, uma vez que confunde a população sobre as posições do PT, expressas nos itens anteriores.

8º) Fica incumbida a Comissão da Bancada Federal que trata do tema, acompanhada por um membro da Comissão Executiva Nacional a ser indicado, elaborar uma proposta e um plano de intervenção para a área da previdência."

As discussões no DN

A reunião poderia ter produzido mais, aprovando o documento sobre reforma tributária e uma resolução sobre conjuntura, mas não o fez. A resolução sobre conjuntura recebeu várias emendas, mas também não foi a voto, sendo remetida para a Executiva.

A polêmica da reunião foi sobre a postura em relação às emendas constitucionais do governo. Genoino e Eduardo Jorge, da *Democracia Radical* queriam o debate sobre o conteúdo das emendas, visando, via de regra, apresentar propostas e negociar no Congresso as alterações na Constituição. Os companheiros do *Na Luta PT!* não participaram muito do debate, mas não tinham uma posição comum.

A *Unidade na Luta*, que realizou um seminário antes da reunião do DN, estavam com posições comuns, mas muito confusas. Defendiam a apresentação de emendas às emendas do governo, a apresentação de emendas constitucionais e a defesa de uma agenda alternativa à do governo, mas nada disso era hierarquizado. Um erro político grave, que leva à falta de orientação e à paralisia. Um exemplo: diziam que não é possível defender as estatais tais como estão aí, por conta do corporativismo, existência de privilégios, etc. Mas não afirmavam que o principal hoje é a defesa do setor público estatal frente à ameaça de privatização. Numa conjuntura política onde o PT precisa ganhar nitidez, mantém uma orientação ambígua, recusam-se a dizer em alto e bom som: somos contra!

Já a intervenção da *Opção de Esquerda* pautou-se não apenas por buscar o debate sobre o conteúdo das emendas, mas também por procurar explicitar uma postura global de rechaço de conjunto das pretensões do governo, que tendeu a prevalecer nos debates. □



O ACLAMADO POSTER
EXPRESSIONISTA DE
METRÓPOLIS, DE FRITZ
LONG (1926)

A reforma fiscal e tributária

Este foi o ponto mais discutido durante a reunião do DN. Infelizmente, o diretório não pode votar o tema, mas o relatório do grupo de trabalho é muito útil para orientar o partido.

A seguir trechos da parte do documento intitulada *Pontos para uma Reforma Tributária*:

* **Progressividade** - A Constituição deve passar a garantir...o princípio da progressividade.

* **Imposto sobre Grandes Fortunas** - Este tributo...precisa ser regulamentado pelo Congresso.

* **Imposto de Renda Progressivo** - O PT propõe que as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física sejam alteradas, a fim de torná-lo mais progressivo, com...a elevação da alíquota máxima.

* **Imposto de Renda Mínimo**... o PT propõe o estabelecimento de um piso mínimo para o imposto de renda da pessoa jurídica

(IRPJ), baseado no patrimônio líquido.

* **Municipalização do ITR**...PT propõe uma alteração constitucional de acordo com a qual o ITR passe a ser cobrado pelo município, o qual teria direito à totalidade de sua arrecadação.

* **Reaparelhamento da administração tributária**... Destacam-se, entre elas: a ampliação dos quadros profissionais desses órgãos (hoje com uma estrutura ínfima); a qualificação e, sobretudo, a motivação dos profissionais da área, dada a relevância de suas responsabilidades do ponto de vista público; e investimentos pesados em informática.

* **Alterações do sigilo bancário**. O combate a evasão fiscal exige modificações nos dispositivos que regem o sigilo bancário... para que os órgãos de administração tributária possam quebrar o sigilo quando haja indícios de evasão fiscal...

* **Unificação de cadastros**...

* **Simplificação do sistema tributário**... □

FHC deve retirar a emenda

ENTREVISTA COM ROSA MARIA MARQUES

Os trabalhadores devem recusar qualquer reforma da previdência - exigindo que seja retirada a emenda do Congresso - antes que se democratize sua gestão, combata-se a sonegação e se tenha acesso a dados confiáveis sobre seu funcionamento. A opinião é de Rosa Maria Marques, professora do Departamento de Economia da PUC-SP e técnica do Instituto de Economia do Setor Público da Fundap na área de financiamento de políticas sociais. Na entrevista que se segue, ela defende que há plenas condições de se recuperar a capacidade de arrecadação e criar o marco para uma discussão democrática entre a população, para que ela própria decida o que mudar, num prazo de seis ou sete anos. Afora esse cenário, qualquer mudança nos benefícios é golpe, como afirmam os aposentados e trabalhadores da ativa que se manifestam por todo o país.

Como você caracteriza a reforma da previdência proposta por FHC?

A primeira coisa a salientar é que, por incrível que pareça, a proposta do governo FHC é a proposta menos radical dentre as que estavam em pauta até pouco tempo atrás. Não foram encaminhadas por parte do governo propostas do tipo da FIPE, da FIESP ou do Paulo Rabello. É uma proposta que, muito embora elimine uma série de conquistas dos trabalhadores e modifique substantivamente o sistema de proteção, ainda está no campo de uma proteção social regulamentada organizada pelo Estado. As outras propostas são de tipo neoliberal puro, se encaminhando muito mais para uma organização do tipo assistencial, mínima portanto, com o resto sendo deixado para o indivíduo e o mercado. A proposta do governo ainda está no campo daquela proteção social que foi o padrão de tipo brasileiro, francês ou, mais genericamente, europeu.

Acredito que a razão disso é que, ao contrário de outros países de América Latina, a previdência social brasileira está extremamente estruturada, é uma previdência que se construiu ao longo de décadas. Por exemplo, os militares unificaram a previdência social brasileira e iniciaram o seu processo de universalização.

A previdência nasceu nas caixas que estavam ligadas às categorias, tinham regimes absolutamente diferentes, depois inicia-se um processo de unificação dos benefícios, mas ainda voltado para o trabalhador do mercado formal, e no final do período da ditadura os militares começam um processo de unificação permitindo que outros segmentos da sociedade pudessem ingressar na previdência. Eles estavam seguindo, na verdade, uma tendência universal.

Os demais países de América Latina, com exceção da Argentina, não haviam construído esse processo de unificação e universalização. O Chile quando faz a reforma, não tinha uma previdência tal como a nossa, além de ter feito a reforma no auge da ditadura. É muito mais difícil fazer uma política de terra arrasada quando há uma estrutura montada que faz parte do cotidiano e da memória do povo.

Quais são as linhas gerais da proposta do governo?

Primeiro, ele encaminha na forma de emenda constitucional a desconstitucionalização de uma série de itens do plano de benefícios, remetendo-se a questão para a lei menor. Em relação ao conteúdo da lei menor o que se têm são "ideias" do que venha a ser a proposta. Nesse sentido, o governo não está tendo uma proposta transparente para a sociedade. O Congresso, se chegar a votar uma coisa dessas, estaria dando uma procuração com todos os poderes ao governo.

O governo teria os seguintes objetivos:

a) eliminar as distorções hoje existentes na previdência, tipo extinção das aposentadorias especiais quando vinculadas a categorias, e introduzindo aposentadoria em tempo menor para o trabalhador que exerça função perigosa, insalubre, etc. Isto pode ser até correto, mas é de difícil

operacionalização.

b) a extinção da aposentadoria por tempo de serviço que seria, no entender deles, retirar distorções que não combi- nam com a realidade brasileira.

c) a eliminação das diferenças entre homens e mulheres, urbano e rural, e setor privado e servidor público.

Essa questão da proteção social única, igual para homem e mulher, campo e cidade, setor privado e público, etc. é extremamente perigosa. Você pode ter como princípio a igualdade mas não pode esquecer que dada a desigualdade de condições de vida e trabalho a igualdade no tratamento se traduz em desigualdade. Se um rural ainda tem condições diferentes, tem que ser tratado de forma diferente. No caso do servidor público é muito bonito falar que tem que ser igual, mas ele tem um regime de trabalho diferente e ganha um salário diferente; ou bem, fica igual, ou não tem como pagar benefícios iguais. O mesmo pode se dizer sobre as mulheres: quer se acabar com a diferença de tempo, mas não se quer mudar as condições de vida e trabalho das mulheres, da dupla ou tripla jornada. Em suma, não pode se propor igualdade na distribuição quando há desigualdades na produção.

Ainda devemos esclarecer que os servidores hoje não fazem parte da previdência social. São regimes diferentes. Também é o caso do judiciário e os parlamentares. O governo está usando a imprensa para demonstrar que o servidor ganha uma provento igual ao da ativa, etc. o que seria portanto uma distorção dentro da previdência. Isso hoje não é verdade. Mas o governo propõe tornar tudo isso um regime único, que é muito difícil de ser implementado; os lobbies e interesses são muito fortes. Os militares, por exemplo, sempre tiveram regime aparte. No próprio Chile com toda a reforma feita, os militares ficaram de fora. E aqui já estão fora porque eles pressionaram e conseguiram.

d) Essas mudanças são no plano dos benefícios. Há outras mudanças no sentido da redução do teto. Ainda está em discussão entre 3 e 8 salários mínimos (s.m.).

e) Existe a possibilidade de que seja extinto o piso igual a um s.m. Esse é um risco real para os trabalhadores. Na medida em que nada se explicita sobre isso na emenda constitucional fica um grande ponto de interrogação.

f) Com a redução do texto, as seguradoras e fundos de pensão estão de olho na reforma. Em dois sentidos. O primeiro é que alguns contratos desses fundos de pensão estão vinculados aos benefícios dados pela previdência. Mudando as condições da previdência pública, alguns fundos de pensão vão ter problema.

O segundo é que no momento em que se reduz o teto de benefícios da previdência está se criando teoricamente um

A previdência social brasileira está extremamente estruturada e foi construída ao longo de décadas. Isso dificulta o seu desmonte.

O Brasil é um dos poucos países do continente em que a previdência foi unificada e universalizada.

A MORTE APARECE NA PRAIA EM O SÉTIMO SELO, DE INGMAR BERGMAN (1957).



SEVENTY YEARS OF CINEMA DE PETER COWIE

A única posição coerente dos trabalhadores frente a reforma proposta pelo governo é defender sua retirada e o início de uma ampla discussão na sociedade.

campo de ação para os fundos de pensão. Fizemos um cálculo para o caso de redução do teto de 10 para 5 SM, quanto de recursos estaria disponível para o mercado: representaria ao ano 0,5% do PIB. Evidentemente isso dependerá do marketing para que se convença ao trabalhador de destinar parte de seu salário para financiar a complementação de sua previdência. Alguém que ganha 6 SM, a rigor está ganhando muito pouco. No momento em que deixa de contribuir sobre essa faixa, o primeiro impulso é que destine ao consumo. Por isso Roberto Macedo propôs o absurdo que a previdência complementar fosse obrigatória.

No contexto da reforma qual é o sentido da recente medida provisória?

Como o governo tem pressa em relação à previdência, não quer esperar os encaminhamentos referentes à Constituição e seus possíveis desdobramentos; daí fazerem uma MP que é a tentativa de resolver o problema pela via mais fácil. A primeira mudança é a mudança das alíquotas. Eram 8, 9 e 10% dependendo do nível de renda, com um teto. Agora, com a MP ficaria em 9 e 10%. Veja-so, sempre se criticou essas alíquotas anteriores, porque já eram extremamente regressivas. Pesa muito um 8% de alguém que ganha um s.m. Quer dizer, o esforço contributivo já estava pesando muito sobre as rendas mais baixas; agora, ficará pior. É o contrário de qualquer princípio fiscal. Está se impondo à previdência uma regressividade que nunca existiu em lugar nenhum do mundo.

Mas eles não fazem isso a troco de nada. Tendo em vista a distribuição de renda brasileira, crescer 1% as rendas mais baixas significa um aumento importante de receita.

Quais são os problemas que a previdência atravessa no Brasil?

Em primeiro lugar a situação financeira da previdência está muito fragilizada. O nível de arrecadação de janeiro de 1994 foi mais baixo do que a média de 1986. Hoje se arrecada muito menos do que em 1982. E em 1982 tínhamos alíquotas mais baixas do que hoje.

Isso acontece pela evasão, estimada em 30%. Além disso, há um mercado informal de trabalho que chega a 50% da mão-de-obra. Fora disso, há o problema, mais grave, que é não ter cadastro de contribuintes e segurados. Não há sistema de seguro previdenciário que possa funcionar sem saber quem contribui e para quem paga!

Isso quer dizer que há margem, no sentido administrativo e fiscalizatório, para se aumentar tremendamente a arrecadação. Mas para isso seria necessário que o governo realmente tivesse vontade política de fazê-lo e realizasse uma ação coordenada que envolveria pelo menos três órgãos: Ministério do Trabalho, Receita Federal e Ministério da Previdência. Deve se fiscalizar no sentido da cobrança e ao mesmo tempo fazer valer as leis trabalhistas.

Por outro lado, o total de benefícios aumentou muito com os novos direitos da Constituição de 1988. Houve uma mudança de patamar de gastos em benefícios. Mas, como a previdência é um retrato da distribuição de renda do país, a média de benefícios é 1,66 SM, o que é muito baixo.

Em suma, se a receita estivesse como no passado a situação financeira da previdência estaria mais ou menos bem. No entanto, a estratégia do governo é cortar benefícios e aumentar a contribuição dos trabalhadores. Desse jeito, resolvem a equação financeira da previdência sem tocar nos problemas da evasão, informalidade, etc.

Outro tipo de problemas são uma série de benefícios de tipo assistenciais, e que deveriam, pela doutrina, ser pagos com recursos fiscais - e não pelos recursos da previdência. É o caso do piso de um s.m. e o benefício para os rurais. Por-

que esses dois têm caráter assistencial? Porque algumas pessoas que ganham em torno de um s.m., num cálculo financeiro não teriam direito a um s.m., mas a previdência lhes paga. Em outros países como a França, a diferença entre a capacidade de contribuição dele e seu direito a um s.m. é paga com recursos fiscais, porque se trata de uma solidariedade da sociedade. E o recurso fiscal é o recurso mais homogêneo no esforço do conjunto da sociedade. A mesma coisa com os rurais. A partir da Constituição eles passaram a ter direitos praticamente iguais, recebendo um piso de um s.m., quando antes era menos. Só que eles nunca contribuíram. Enquanto as novas leis de trabalhadores rurais contribuem, os benefícios para aqueles que não contribuíram também se caracteriza como assistencial. E você não pode misturar as duas lógicas.

Igualmente os Encargos Previdenciários da União (EPU), que não fazem parte da previdência, já que se trata da pensão e aposentadoria do servidor público federal, também teriam que ser pagos com recursos fiscais. É outro regime, contribui o servidor e contribui o Estado enquanto patrão; essas duas fontes deveriam financiar o EPU. Só que sistematicamente o governo deixa de enviar recursos de sua parte para o pagamento do EPU. Mais recentemente o governo saiu com essa de que deixará de financiar o EPU, que passará a ser financiado com acréscimo de arrecadação da COFINS, o que é um absurdo, porque deveria ser destinado ao financiamento da saúde e à própria previdência (já que tudo faz parte do financiamento da seguridade).

Assim, a previdência está financiando o que seria responsabilidade do Estado. Isso é uma distorção.

Finalmente, deveremos enfrentar, em algum momento, a questão do envelhecimento da população. Mas um processo de envelhecimento da população, num primeiro momento, beneficia a previdência, porque o número de pessoas em idade de trabalhar é muito maior que no passado.

Qual deveria ser o encaminhamento dos trabalhadores frente a reforma proposta por FHC?

O governo está jogando pesado. Os trabalhadores vem uma série de direitos ameaçados e não dispõem sequer de informação para poder discutir se as propostas que vem do governo tem base na realidade ou não.

Frente a isso, só existe uma resposta: exigir a retirada da emenda, a abertura das contas de previdência e da seguridade (o que chamamos de auditoria) e mudar o caráter do conselho, tanto da seguridade como da previdência, no sentido de que seja não apenas consultivo mas passe a ter poder de gestão tal como é o Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Os trabalhadores e a sociedade devem conquistar o poder de gestão e, ao iniciar o processo de discussão sobre a reforma, permitir que aflorem as propostas. Para isso a previdência deveria ser o um fundo do trabalhador. Quem deveria administrá-lo, são os trabalhadores, os empresários porque contribuem, o Estado, através de seus representantes, e os aposentados.

Simultaneamente deve-se propor a ação coordenada do Ministério do Trabalho, da Receita Federal e do Ministério da Previdência no sentido de aumentar a formalização do mercado de trabalho e diminuir o grau de sonegação. Finalmente, deve-se fazer um convênio Receita Federal - Previdência, para que se faça um cadastro de contribuintes.

Agora, é bom lembrar que uma reforma da previdência não se faz a toque de caixa, tem países que demoraram décadas. Nós podemos fazer um processo de discussão que demore seis ou sete anos, discutindo em todos os cantos e com acesso real aos meios de comunicação para que toda a população participe do debate e tenha acesso a informação confiável. Estas propostas resolvem o problema de aumentar a arrecadação a curto prazo, dando tempo para fazer um amplo debate.

Afora esse cenário, toda mudança proposta no plano dos benefícios será um golpe sobre direitos da classe trabalhadora, mesmo que se tenha argumentos "técnicos".

O encaminhamento que sugerimos é na verdade colocar a discussão no campo democrático. A proposta do governo foi gestada dentro de um ministério, não foi apresentada sequer ao Conselho da Previdência e já vai para o Congresso para ser votada. E quando o governo é questionado, responde que convocou especialistas e fez pesquisas, o que é verdade, mas que nunca poderia substituir uma ampla discussão com a população sobre o que ela quer e está disposta a fazer com sua previdência. □



THE STARS, DE RICHARD SCHICKEL

GARY COOPER NO MOMENTO DE DECISÃO DE MATAR OU MORRER (HIGH NOON), DE FRED ZINNEBANN (1952).

Organizar a Opção de Esquerda

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

A *Opção de Esquerda* realizou no dia 27 de março um seminário nacional. O tom geral das discussões reafirmou a necessidade deste campo, com a idéia de que deve ampliar-se e modificar-se, ganhando mais organicidade e mais clareza quanto às propostas para o partido. Este rumo não quer dizer ausência de avaliações autocríticas. Praticamente todos os seus componentes destacam insuficiências. Mas, de todo modo, o problema comum é o de como avançar a partir da *Opção de Esquerda*. Um documento com as propostas da *Opção de Esquerda*, incluindo avaliações do período pós-8º Encontro, será apresentado ao conjunto dos filiados.

Tomando este ponto de partida retomamos aqui a defesa de um campo de esquerda orgânico, condição para superar o que consideramos as principais lacunas na experiência da *Opção de Esquerda*.

Grandes objetivos

É evidente a contradição entre os objetivos que a *Opção de Esquerda* se propôs e a forma como se organizou. A *Opção de Esquerda* foi construída no interior da luta pela definição dos rumos do partido depois da eleição de 1989. Um dos seus motivos fundadores foi a luta para derrotar a visão predominante no Diretório Nacional eleito em 1990, que defendia reduzir o alcance das transformações no país, na fórmula conhecida como "governo de centro-esquerda". Uma das passagens do **Manifesto aos petistas** (fevereiro de 1993), assinado por companheiros que formam hoje a *Articulação de Esquerda*, é bastante feliz na descrição do embate colocado: "...é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciado por governos de coalizão, em que acordos setoriais e ações parlamentares pluripartidárias ditem o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas. Não é função do PT agradar as elites: nossa aspiração é estar ao lado das maiorias, dos trabalhadores, dos deserdados, contra os de cima, os poderosos, os exploradores".

A outra razão que animou a formação da *Opção de Esquerda* foi a de restabelecer a estratégia do partido esboçada no 5º Encontro Nacional e que encontrara sua melhor expressão na mobilização que levou Lula ao 2º turno. A resolução do 8º Encontro Nacional, **Por um Governo Democrático-Popular**, nos seus 23 pontos procura articular o conjunto de tarefas da nova direção partidária. É importante lembrá-las porque isto é que dá uma idéia do que estava posto para a *Opção de Esquerda* como principal setor da nova direção.

O programa do 8º Encontro

Em primeiro lugar estavam os objetivos da luta pelo governo: a realização de reformas profundas na sociedade, "...parte de uma revolução democrática, ...uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa". Em seguida, colocado como fundamental, a responsabilidade do partido em uma reanimação do movimento social, "um movimento que transcenda a disputa eleitoral, mas que é fundamental para respaldar o governo Lula". As tarefas programáticas que ordenariam a luta pelo governo - centradas na quebra do poder dos monopólios privados, na reforma agrária, na soberania nacional e na radicalização da democracia - deveriam concentrar o esforço de elaboração do período que se abria. Destacava ainda a dimensão internacional deste processo, com consequentes responsabilidades do partido. Por fim, estava a questão organizativa, a viabilização de um partido de quadros e de massa, com destaque para recriar capacidade de direção (em oposição à diluição promovida pelos "centros paralelos de poder") e democracia interna (para superar o período da "prática desagregadora e anti-democrática dos que, transformados em 'notáveis' por força da militância,

fazem de tudo para ser mais iguais que os outros") (Citações do caderno de resoluções do 8º Encontro Nacional).

Este "programa" de cinco pontos para a nova direção, recaía sobre a *Opção de Esquerda*. Não só porque foi a grande vencedora do 8º EN, mas porque era um programa para retificar o curso do PT, que deveria ser encaminhado, portanto, num ambiente partidário de continuada disputa, no qual, ainda que devêssemos buscar consensos e a maior unidade partidária, encontraríamos evidentes resistências (dos "notáveis", dos "centros paralelos", dos estrategistas da visão "centro-esquerda").

Um atraso organizativo

Dar conta destas tarefas, portanto, implicava uma nova forma de organização para o setor vitorioso no 8º Encontro. Isto não ocorreu. Continuamos organizados como no período anterior ao 8º Encontro, isto é, para disputas de encontro, não para implementar um programa difícil, contra a corrente e o passado recente.

A questão organizativa é a que verdadeiramente mede a clareza dos objetivos colocados. Assim, se um partido como o nosso se organiza de fato apenas para a disputa eleitoral, pouca efetividade tem suas resoluções estratégicas que ultrapassam a "exclusividade institucional". Assim, também, a *Opção de Esquerda* conseguiu pouca efetividade para as tarefas que iam daquelas típicas de Encontro. Uma prova disso é que o ponto em que fomos bem sucedidos - quando barramos a participação na revisão constitucional - encontrava sua arena principal nos debates do Diretório Nacional, mas extravassava muito pouco para a organização na base do partido e para os movimentos. Tanto é que as ações de massa contra a revisão foram muito poucas. A *Opção de Esquerda* continuava organizada como se estivesse disputando encontros e não, como responsável central pela construção do PT em um novo curso, para estruturar forças e desatar amplos movimentos hegemônicos a partir da direção partidária.

É bem verdade que o sucesso global do "programa" do 8º Encontro não dependia apenas da organização da *Opção de Esquerda*. Problemas de maior envergadura estavam - e estão - presentes, principalmente a nova correlação de forças no plano internacional, e os problemas estratégicos decorrentes de uma situação histórica muito difícil para a luta socialista. Mas é claro que uma melhor *performance* da *Opção de Esquerda* dependia da sua organização e poderia ter nos deixado uma situação mais favorável.

A situação atual

A relação entre as tarefas políticas e tipo de organização posta para a *Opção de Esquerda* continua sem se resolver dois anos depois do 8º Encontro. De uma certa forma os problemas políticos do PT hoje mantêm e reforçam as razões que levaram à formação da *Opção de Esquerda*. Elas incluem o aspecto de negação, que é a necessidade de confrontar as tendências de acomodação das posições do partido em uma oposição "centrista" ao neoliberalismo (isto é, que opõe-se aos seus aspectos mais anti-populares mas que concilia no projeto econômico), e o lado afirmativo, que é a renovação de um projeto de disputa de hegemonia na sociedade brasileira, incluindo a renovação do projeto partidário.

Para dar conta destes desafios, que não são meramente conjunturais, que demandam tempo e continuidade de um trabalho organizativo comum, a *Opção de Esquerda* precisa superar sua própria descontinuidade e relativa fragmentação. □

Os problemas do PT mantêm e reforçam as razões que levaram à formação da Opção de Esquerda.



INGRID BERGMAN E MEL FERRER EM AS ESTRANHAS COISAS DE PARIS (ELENA ET LES HOMMES), DE JEAN RENOIR (1956).

ROBERT BURRI, MAGNUM

Por uma nova corrente cutista

RAFAEL FREIRE

Estamos atravessando um momento chave na CUT. Passada a campanha de 1994, que adiou uma série de discussões, nosso movimento deve agora se deparar com problemas que o vem desafiando há alguns anos.

Como enfrentar a reestruturação produtiva? Que iniciativas tomar para mudar a estrutura sindical e as relações trabalhistas? Como construir um sindicalismo verdadeiramente internacionalista? O que mudar para que os sindicatos sirvam no combate ao racismo? Como unir a luta do campo e da cidade? Como engajar os sindicatos na luta das mulheres? Que reforma do Estado defender? Como democratizar a vida dos sindicatos? Como incorporar a massa de marginalizados na organização sindical? O que significa a "prática sindical cutista" quando avança o autoritarismo, a corrupção e a violência no meio sindical?

Estas e outras questões tem tido uma resposta muito tímida. A CUT mantém uma vitalidade que lhe vêm da energia de luta que há na classe trabalhadora brasileira, e dos evidentes conflitos internos que têm tido o bloco burguês para implantar o projeto neoliberal nos anos 90.

Porém, essas potencialidades tem sido desperdiçadas em muitos momentos, e crescem as deformações e desvios de construção, e os impasses de formulação.

Crise da Cut pela base

Nesse marco, já em 1992, surgiu um forte questionamento ao papel que vinha cumprindo a corrente *Cut pela base*. Com um grau de formulação programático coletivo que por ser muito rebaixado estava sendo substituído por uma postura anti-*Articulação*, tensionado pela opção antipetista de um setor (que estava indo para o PSTU), e já sem ter como critério a "prática concreta" dos que se reivindicavam integrantes da corrente, a *Cut pela base* perdeu sentido enquanto alternativa para superar os impasses da CUT.

As demais correntes sofriam processos similares. A ninguém escapa que o grau de acordo político que sustenta a *Articulação Sindical (AS)* é cada vez menor em relação ao papel que cumpre o fator de "continuar sendo maioria". Que o elemento coesionador da *Corrente Sindical Classista (CSC)* é o papel de tutela que o PCdoB exerce sobre ela, ou então sua capacidade de conciliar com o atraso sindical (unicidade, Justiça do Trabalho, etc.) Que os sindicalistas do PSTU tem perdido ímpeto assim que vai se esvaziando seu discurso de atribuir todos os problemas às "trações da direção" frente a uma militância que percebe cada vez melhor a verdadeira dimensão dos desafios que enfrentamos.

O caso das "câmaras setoriais" é emblemático. Colocadas em um princípio como "a estratégia" pela AS, foram rejeitadas pela CSC (que participou "taticamente") e pelo PSTU (mesmo tendo participado na construção civil). Mas, a AS nunca conseguiu convencer sua base no funcionalismo que as câmaras não reduziram a arrecadação de impostos, nem fazer que os acordos de aumento do emprego fossem cumpridos mesmo com a retomada da produção, nem dar uma sobrevida à experiência. Mas simultaneamente a CSC e o PSTU não conseguiram explicar como uma resistência tão combativa *no papel e no microfone* tinha resultado na queda da mobilização dos metalúrgicos em suas bases nas montadoras em relação aos do ABC, e que aí onde diziam organizar a resistência avançava com mais desenvoltura a reestruturação capitalista. O saldo provisório hoje é que as câmaras

ras nem se revelaram "a estratégia", nem se constituíram "na traição", e que a discussão deve voltar ao ponto de partida quando se extraviou no "participa/não participa" das câmaras setoriais (processo iniciado no 5º Concut).

Então, as correntes cutistas tal como elas ainda hoje existem, antes que ser alternativas para resolver os problemas da CUT, são expressão desses impasses, e tendem a reproduzi-los.

Buscando uma alternativa

Mas da busca de saídas para o impasse na *Cut pela base* evoluímos para a compreensão de que não bastava "mais e melhor do mesmo", que devíamos buscar uma nova alternativa. Essa proposta deveria dialogar com amplos setores da CUT, isto é, não deveria se basear apenas na rearticulação entre setores da antiga *Cut pela base* que mantiveram um grau alto de identidade entre si nas últimas Plenárias e Congressos da CUT.

Por isso, quando em 18 e 19 de março deste ano se reuniram militantes sindicais cutistas de vários Estados e ramos, identificados com a *Cut pela base*, a decisão coletiva foi a de lançar uma convocatória ampla por uma nova corrente cutista.

A mesma parte de uma identificação de problemas e de um campo de formulações que entendemos é o necessário para que a constituição dessa nova corrente contribua decisivamente, ao interior da CUT, para a superação dos impasses e na resposta aos desafios do período.

Primeiro, esse campo de acordos parte da identificação do PT como a referência partidária, ainda que sem se exigir filiação nem se propor a ser uma corrente petista orgânica ao partido - até porque se entende que o partido deve buscar constituir organicamente sua frente de sindicalistas com vistas à unificação de sua atuação.

Segundo, há uma elaboração básica sobre uma série de áreas que deverá fazer parte do patrimônio de constituição da nova corrente. Trata-se de princípios e propostas políticas como o objetivos socialista da luta sindical, o valor da democracia operária, o papel estratégico da independência de classe, os parâmetros básicos para o enfrentamento da reestruturação produtiva, as bases para um novo internacionalismo, uma visão da construção da CUT desde o local de trabalho até o nível nacional combinada com a democratização radical da estrutura sindical cutista, o papel do sindicato na luta pela emancipação da mulher e na luta anti-racista.

Militante de novo tipo

Terceiro, há clareza de que deve se ter um compromisso com a construção da CUT e de um determinado perfil de militância sindical. O compromisso com a CUT se materializa quando a construção da corrente é vista como resultado da construção da própria CUT (e não em contradição).

Por outro lado, a corrente que propomos deverá questionar o perfil de militante cutista. Cada vez mais vemos casos que posturas autoritárias, de "vale tudo" para impor uma hegemonia e o monolitismo, que muito facilmente abrem caminho para a corrupção e a violência sindical. Reconstruir na militância cutista o sentido ético, democrático e classista deverá ser uma das propostas, mas sobretudo, deverá ser um compromisso ativo daqueles que passem a integrar o novo projeto político-sindical.

Todos esses pontos estão abordados numa convocatória assinada por membros da Executiva Nacional da CUT que já se comprometeram com o projeto, que servirá para organizar plenárias em todos os estados, como passo preparatório para se chegar a um encontro nacional em meados do ano.

Todos os companheiros e companheiras que estejam identificados com o diagnóstico apresentado e com os pontos políticos básicos estão convocados para participar e juntos construímos uma proposta político-sindical que se capacite para ser alternativa ao interior da CUT. □

Rafael Freire é membro da Executiva Nacional da CUT.

GONG LI (1993)



MARC RIBOUD, MAGNUM

MONICA VITTI NAS
FILMAGENS DE MODESTY
BLAISE, DE JOSEPH LOSEY
(1965)



EVE ARNOLD, MAGNUM

Financiamento: um breve balanço

DIREÇÃO NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

1. A polêmica em torno do financiamento das campanhas eleitorais de 1994 foi uma das mais desgastantes de toda a história do PT. A militância surpreendeu-se com a divulgação de que o partido havia recebido contribuições de empreiteiras notoriamente envolvidas em corrupção, como a Odebrecht, ou de bancos, como o Itaú.

2. O recebimento destas contribuições não pode ser entendido sem que levemos em conta quais foram as opções políticas gerais da campanha. Como já assinalamos no documento "Um primeiro balanço das eleições de 3 de outubro", embora as resoluções partidárias enfatizassem a necessidade de uma campanha baseada na militância, na luta social, o fato é que prevaleceu uma campanha mais convencional, centrada na figura do Lula. A partir desta realidade, prevaleceu no comando da campanha uma concepção de campanha "profissional" e relativamente cara para os padrões tradicionais do PT. Sabíamos que não poderíamos jamais contar com financiamentos do vulto dos recebidos pelos candidatos da burguesia; mas todos no PT tínhamos a avaliação de que o favoritismo do Lula nos facilitaria o recebimento de doações empresariais expressivas. Como isto não ocorreu, nossas campanhas ficaram todo o tempo estranguladas financeiramente, buscando competir com a campanha de FHC que teve gastos dez vezes maiores.

3. O financiamento das campanhas eleitorais do PT sempre foi um problema complicado. Tradicionalmente, o partido não tem uma estrutura financeira adequada; a contribuição regular dos militantes é pouco significativa, as atividades de arrecadação muito insuficientes. Nas campanhas, o costume é esperar que os tesoureiros consigam recursos milagrosamente, e a desresponsabilização é geral com a questão. Tudo isso se insere num quadro mais geral de debilidade na construção partidária, que só se agravou nos últimos anos.

Numa campanha casada como a de 1994, estas dificuldades se agravaram: era necessário encontrar financiamentos para a campanha presidencial, para as campanhas majoritárias estaduais, para as campanhas proporcionais. Cresceram os gastos e a dispersão dos esforços, com a tendência à fragmentação das várias campanhas.

4. A lei eleitoral vigente (que não denunciámos como era necessário quando foi aprovada em 1993) representou para nós uma verdadeira armadilha: não avançou no financiamento público às campanhas, legalizou contribuições de empresas, mas manteve a proibição de contribuições de sindicatos ou entidades do movimento social. Esta discriminação tornou a situação financeira de nossas campanhas ainda mais difícil em relação às dos candidatos da burguesia.

5. É evidente que, ainda que seja feita campanha mais barata possível, é extremamente difícil pagá-la apenas com contribuições individuais de filiados e simpatizantes e com formas militantes de arrecadação. Mais ainda: a capacidade de contribuição dos empresários simpáticos ao PT, ou de setores de pequenas empresas que se identificam com as nossas propostas, é bastante limitada. Isto não significa, naturalmente, que não seja muito importante desenvolver ao máximo estas formas de financiamento. É significativo mencionar que as contribuições de pessoas físicas à campanha Lula corresponde a mais de 50% da arrecadação total.

Mas esta parte da arrecadação foi insuficiente. Para fazer uma campanha eleitoral numa sociedade capitalista, num país do tamanho do Brasil gasta-se muito dinheiro. Fomos colocados, no ano de 1994, diante de uma encruzilhada: para que pudéssemos disputar uma campanha prá valer, com bons programas de televisão, pagando passagens de avião para nossos candidatos, com capacidade de responder aos desafios que estavam colocados nos diversos campos, foi difícil deixar de buscar contribuições financeiras fora do nosso campo político, con-

tribuições que não se fizeram por acordo político, mas sim como uma espécie de "seguro" ou de disfarce: muitos empresários ou empresas que contribuíram muito mais para as campanhas adversárias contribuíram também para nossas campanhas.

6. Chegamos portanto à questão central: diante de dificuldades políticas e contradições como as que mencionamos, seria imprescindível realizar uma ampla discussão no partido dos critérios para aceitarmos ou buscarmos contribuições financeiras. Os militantes teriam de ter consciência das dificuldades, fazer as opções básicas, e os critérios definidos deveriam ter o respaldo da maioria da militância. Não se trataria, evidentemente, de uma discussão detalhada de cada caso, mas sim de uma discussão de critérios gerais.

7. No entanto, esta discussão não foi feita. Sequer a coordenação da campanha Lula e a maioria das coordenações estaduais definiram critérios. A coordenação da campanha Lula chegou a começar esta discussão, mas não conseguiu concluí-la, e o tratamento das questões financeiras desapareceu da coordenação. Para agravar este problema, as instâncias formais de direção do partido e da campanha foram sendo progressivamente esvaziadas.

Assim, ao tipo de campanha realizada, que levou nossas campanhas a um estrangulamento financeiro permanente, somou-se um erro específico: a ausência de uma definição coletiva dos critérios para recebermos contribuições financeiras.

8. Não há dúvida de que ter recebido contribuições de empreiteiras como a Odebrecht, comprometida com a CPI do Orçamento, publicamente reconhecida como corrupta e corruptora, foi um erro grave, mesmo tratando-se de uma operação estritamente legal. Não se trata apenas de uma questão moral: atinge politicamente a imagem do partido, compromete um dos nossos maiores trunfos, que é o da coerência, o de não sermos iguais aos outros partidos. E nesta questão não adianta dizer que os outros candidatos recebem muito mais dinheiro deste tipo de empresas. Inclusive do ponto de vista eleitoral este erro nos custará caro: nas próximas campanhas nossos adversários e a mídia que os apoiam terão um argumento importante para dizer que "todos os partidos são iguais". Se a discussão de critérios tivesse sido feita, uma definição mínima seria a de não receber dinheiro das empresas comprometidas pela CPI do Orçamento.

9. Nas condições concretas da campanha de 1994 recusar as contribuições de grandes empresas, como as de bancos, significaria reduzir significativamente nossas condições de disputa. Na verdade, o recebimento deste tipo de contribuições foi uma decorrência do padrão geral adotado na campanha, ainda assim deveriam passar por uma discussão mais pormenorizada na coordenação da campanha.

10. O que é fundamental como conclusão desta discussão, além de apontar os erros da falta de uma discussão coletiva de critérios e de insistir em que em nenhum caso poderíamos receber dinheiro de empreiteiras como a Odebrecht, é que o partido precisa não apenas melhorar sua estrutura financeira, mas também fazer uma discussão muito mais séria das questões financeiras, com muito mais consciência da desigualdade e da injustiça intrínsecas aos processos eleitorais burgueses. Só assim poderemos definir o tipo de campanha que queremos fazer, sem ilusões, sabendo das limitações decorrentes das escolhas que fizermos. Só assim as opções que adotarmos terão a legitimidade necessária. □

A polêmica em torno do financiamento das campanhas eleitorais foi uma das mais desgastantes da história do PT.



THE STARS DE RICHARD SCHICKEL

ORSON WELLES EM SEU FILME DE 1941, CIDADÃO KANE.

O recebimento das contribuições só pode ser entendido a partir das grandes opções políticas da campanha.



MUTAÇÕES DO

CAPITALISMO

MAXIME DURAND

Desde o início da crise de meados dos anos 70, a organização da economia mundial se transformou profundamente, e é possível hoje distinguir as linhas de força disso que se poderia chamar de neoimperialismo.

Admitindo que o imperialismo tomou a forma de relações de dominação exercidas por Estados sobre países coloniais ou semi-coloniais, sua fase atual se caracteriza por uma modificação do papel relativo dos Estados e dos grupos capitalistas multinacionais. E o que torna possível essa modificação, é a corrosão sistemática, levada a cabo de quinze a vinte anos para cá, de tudo o que poderia se parecer com um instrumento de regulação econômica. Assim, vários muros foram derrubados, a começar pelo de Berlim. A existência do bloco de países burocráticos pesava de maneira específica sobre a organização da economia mundial: representava para os países do Norte um desafio social, e para os do Sul uma margem de manobra e uma possível parceria no plano econômico. Toda uma série de orientações tomadas em um grande número de países sofriram em diferentes sentidos a pressão real ou suposta da União Soviética. Pensa-se logo em Cuba (para o bem ou para o mal, já que a ajuda soviética teve por contrapartida a manutenção da monocultura), mas seria preciso citar também e sobretudo países como a Argélia, o Egito ou a Índia. Sem mitificar as situações passadas nem idealizar seu conteúdo social, algo no entanto deve ser sublinhado, que na Europa tende-se a subestimar: hoje em dia toda experiência de transformação social num país dependente se chocaria com um entorno uniformemente hostil. A ameaça de um isolamento absoluto pesou fortemente, por exemplo, nos debates no interior do PT e sobre sua capacidade em propor uma alternativa com credibilidade.

A fabricação da ideologia liberal

Um outro muro caiu, de maneira menos estrondosa: o da idéia de desenvolvimento. Nos anos sessenta, por exemplo, a prioridade para a satisfação do mercado interno, a desconfiança face ao investimento estrangeiro e a necessidade de impor condições a serem respeitadas constituíam pontos de referência incontornáveis. Hoje em dia, a ofensiva conduzida pelas instituições gêmeas que são o FMI e o Banco Mundial, beneficiando-se da crise da dívida, inflingiu uma derrota ideológica e política a todos os que gostariam de se reivindicar a defesa de um projeto de desenvolvimento auto-centrado. O que é dominante hoje é a idéia de que todos os modelos que se fixam esse objetivo, chamados de modelos de substituições de importações, estavam viciados desde a base. Os marxistas estão paradoxalmente colocados na situação de defender orientações cujos limites em outra época souberam mostrar. Esse balanço totalmente negativo é, em consequência, um dos argumentos levantados em favor dos modelos neoliberais dando uma prioridade absoluta às exportações.

As instituições como o Banco Mundial, o FMI ou ainda a OCDE, não cumprem, evidentemente, o papel de um governo mundial capitalista, mas sua intervenção não se limita mais a produzir ideologia. O que a crise da dívida mudou é que as instituições de Bretton Woods adquiriram a capacidade de impor suas receitas neoliberais, que são condição para a abertura de créditos. Se o imperialismo não deve ser personificado como se se tratasse de

uma entidade maléfica agindo planejadamente, seria absurdo, sob o pretexto de raciocínio concreto, ignorar que esses organismos funcionam, segundo a fórmula de Engels, como consciências capitalistas coletivas. Quando a OCDE faz um informe sobre o emprego, como não ver ali a Bíblia de todos os governos liberais, que vão em seguida adaptá-la à sua realidade nacional? Quando Delors elabora um "livro branco" sobre o crescimento na Europa, é uma espécie de plataforma comum que ele ajuda a desenhar, com alguns pontos de referência solidamente ancorados, como a recusa da redução generalizada do tempo de trabalho, ou a idéia de que o salário deve continuar progredindo mais lentamente que a produtividade.

É necessário ter a medida desse processo de mutualização e de coordenação que conduz a incursões para além da área de competência normal desses organismos. É, por exemplo, a OCDE que enquadra os processos de transição no Leste, em aspectos importantes como as reformas fiscais. É o Banco Mundial que em um informe recente não vacila em ditar conselhos sobre os sistemas de aposentadoria para uso de países tão diversos como a ex-URSS, a América Latina ou ... a Itália; é evidentemente fácil de adivinhar que esses recomendações são um elogio ao seguro privado. Outro exemplo: no boletim do FMI de 7 de novembro último, encontra-se o resumo de um estudo consagrado ao desemprego na França e que explica como ir mais longe. Basta citar os títulos dos capítulos (reduzir os encargos patronais, revisar o salário mínimo - com a criação de um salário mínimo para jovens) para compreender que se navega em pleno delírio liberal!

Governos conquistados em seu conjunto para o liberalismo, organismos dotados de meios de pressão e encarregados de impor programas de ajuste e abertura de fronteiras: o campo está livre para os grupos capitalistas, que são os verdadeiros atores da mundialização. Eles são benvindos por toda parte: tenta-se atraí-los vendendo a preços baixos as empresas do setor público, oferecendo-lhes confortáveis remunerações nos mercados financeiros, exaltando-lhes os méritos de uma mão-de-obra barata. Entre El Salvador que, em uma publicidade célebre, fez constar, ao lado da foto de uma operária têxtil, seu preço (57 cents a hora, mais 33 cents alguns meses mais tarde) e a França, onde a política industrial se resume a tornar seu espaço "atrativo" (para retomar o título de informe do Plano), há algumas diferenças de nível. Mas a lógica fundamental é, nos dois casos, a da submissão aos interesses específicos do capital.

Concorrência entre os trabalhadores

Essa unificação, essa globalização que se realiza por iniciativa dos grandes grupos mundiais não conduz a uma uniformização da economia mundial. Mas existe a tendência, a partir da energia essencial desse capitalismo desenfreado, da

As novas vestes do imperialismo

AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO

Este número de Em Tempo publica um dossiê sobre algumas das transformações por que passa hoje o capitalismo. Ele compreende tanto uma análise da conjuntura econômica internacional marcada por uma difícil saída da recessão que golpeou nos últimos anos os países centrais (artigo de Gustavo Coudas nas páginas 14 e 15) como uma breve nota sobre o impacto da crise monetária que eclodiu no início deste ano sobre a economia européia (página 13). Lembramos nossos leitores que na edição passada de Em Tempo tratamos extensamente da sua dimensão latino-americana

Publicamos também artigos de caráter mais estrutural, sobre a organização do sistema de dominação econômica internacional baseado no tripé Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a recém-criada Organização Mundial de Comércio (artigo de Maxime Durand, nas páginas 10 e 11, e de Agnès Bertrand, nas páginas 12 e 13). É contra estas instituições que os meios progressistas europeus desencadearam um campanha de denúncia, cujo conteúdo político pode ser apreendido pela abaixo-assinado que publicamos na página 11.

concorrência cada vez mais direta entre trabalhadores cujos níveis salariais e de produtividade não podem ser comparados. E, nesse jogo, ninguém pode esperar sair ganhando: os trabalhadores dos países mais ricos vêem suas condições de existência rebaixadas, quer se trate de estatutos, de salários ou de condições de trabalho. Mas isso não conduz de modo algum a uma transferência em favor dos trabalhadores do Sul: a busca da competitividade implica que sejam mantidos os baixos níveis salariais. É o que ocorre hoje com a Coreia, que conseguiu recentemente adquirir um potencial industrial autônomo, e onde se havia articulado uma progressão do poder de compra dos salários e portanto um reequilíbrio na direção do crescimento do mercado interno. Assim, mesmo nesse país que se beneficiou de condições históricas excepcionais, a passagem a um crescimento

auto-centrado se mostra difícil de ser realizada. Não é apenas a idéia de desenvolvimento que é posta em xeque mas a sua realidade: o crescimento que se registra em muitos países do terceiro mundo é, por definição, limitado em sua difusão geográfica e social. A razão é simples de ser compreendida e pode ser resumida na fórmula: com seus salários, os trabalhadores do terceiro mundo não podem comprar aquilo que produzem.

Novas relações imperialistas

A relação imperialista é reproduzida sob outras formas: ela passa hoje pela influência dos oligopólios mundiais que repousa fundamentalmente sobre sua dominação tecnológica zelosamente preservada. Ela não implica mais numa política de conquistas extensivas: o capitalismo se desenvolve hoje de maneira mais intensiva, seletiva, por descarte mais que por absorção. Onde as funções de "contenção" humanitário-políticas que são hoje devolvidas às potências imperialistas: trata-se de administrar a economia, as zonas, as regiões que não têm nenhum interesse para as multinacionais. Mas a grande novidade é sem dúvida que o capitalismo contemporâneo é cada vez menos estruturado em função de cortes político-geográficos opondo nações imperialistas e nações proletárias - que nunca foi exatamente o que ocorreu. A razão principal é que a fratura passa cada vez mais pelo interior de diferentes países: assiste-se simultaneamente a uma terciomundização das economias mais ricas (sem falar nos países do Leste) cuja face reversa é a emergência de ilhas de prosperidade no terceiro mundo. É por isso, aliás, que as classes dominantes locais que obtêm seu poder e sua riqueza dessa organização não resistem com empenho a se submeterem às injunções das instituições neoliberais. *Mutatis mutandis*, o FMI cumpre em relação às classes dominantes dos países do terceiro mundo o mesmo papel de pretexto que os critérios de Maastricht na Europa.

Esse modelo neoimperialista é portador de uma gigantesca regressão social em escala mundial, sendo muitos os chamados e poucos os eleitos. É um quadro totalmente diferente do capitalismo organizado dos anos sessenta, que pretendia combinar a eficácia econômica e a difusão para todos dos frutos do crescimento. É por isso também que a organização-mundial capitalista inscreve a necessidade de um novo internacionalismo, capaz de combater seus efeitos desastrosos sobre os destinos da humanidade. □



MUTAÇÕES DO

CAPITALISMO

CHARLTON HESTON EM UMA PAUSA DE O PLANETA DOS MACACOS, DE FRANKLIN SCHAFFNER (1967).



WIMNIS STOCK, MAGNUM

HUMPHREY BOGART ESTROPIADO EM O DIABO RIU POR ÚLTIMO, DE JOHN HUSTON (1956)



ROBERT CAPA, MAGNUM

Banco Mundial e FMI: basta!

Abaixo assinado da campanha mundial contra as políticas das instituições Bretton Woods

A comunidade internacional tem pouco a celebrar com os 50 anos do acordo de Bretton Woods que levou à fundação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do GATT. O "programa de ajustamento estrutural" imposto pelas instituições de Bretton Woods tem causado fome e empobrecimento brutal dos países do antigo bloco da Europa Ocidental.

Embora o objetivo do Banco Mundial seja o "combate à pobreza" e a proteção do meio-ambiente, suas ações tem contribuído para os desmantelamento dos programas de saúde e educação. O seu apoio a megaprojetos hidroelétricos e agro-industriais tem acelerado o processo de desmatamento e a destruição do meio ambiente, causando a migração forçada e a expulsão de vários milhões de pessoas. No hemisfério sul e no oriente, o direito fundamental à educação primária é negado a centenas de milhões de crianças subnutridas. Em diversas regiões do mundo, a compressão brutal dos programas sociais combi-

nada com o colapso do poder aquisitivo, tem levado ao ressurgimento de doenças infecciosas, tais como tuberculose, malária e cólera.

O acordo do GATT viola ainda mais os direitos fundamentais dos povos, particularmente nas áreas de investimentos estrangeiros, biodiversidade e direitos de propriedade intelectual. Várias cláusulas do "programa de ajustamento estrutural" estão agora incluídas permanentemente no artigo da nova Organização do Comércio Mundial (OCM). O mandato desse organismo consiste em regulamentar o comércio mundial em benefício dos bancos internacionais e das companhias multinacionais e também "fiscalizar" a aplicação das políticas de comércio nacionais em estreita colaboração com o FMI e o Banco Mundial.

Nos países desenvolvidos do hemisfério norte, políticas sociais igualmente opressivas estão sendo aplicadas atualmente. As consequências de tais políticas são desemprego, redução de salários e exclusão de amplos setores da população. Os programas sociais estão sendo cortado, e muitas das conquistas do Estado do bem-estar social estão sendo revogadas. As políticas estatais têm estipu-

lado também a destruição de médias e pequenas empresas.

Nos hemisfério norte e sul e no oriente, uma minoria socialmente privilegiada tem acumulado muita riqueza às custas da grande maioria da população. Essa nova ordem econômica se alimenta da pobreza humana e da destruição do meio-ambiente. Além disso, gera apartheid social, estimula o racismo e os conflitos étnicos, mina os direitos das mulheres e frequentemente precipita os países em confrontações destrutivas entre grupos nacionais.

O momento chegou para que a humanidade reaja vigorosamente e estabeleça um programa de transformação social. Nós, abaixo-assinados, através do mundo, cidadãos, trabalhadores, professores, etc, reafirmamos o direito fundamental dos povos à soberania econômica, ao desenvolvimento democrático e à justiça social. Denunciamos esse "modelo econômico" destrutivo e aos mesmo tempo reafirmamos a nossa sólida oposição a interferência das instituições de Bretton Woods e da nova Organização do Comércio Mundial nos assuntos internos dos estados soberanos. □



O tratado de constituição da OMC obriga os países signatários a alterar suas leis conforme as definições da nova organização.



THE STARS, DE RICHARD SCHICKEL

HAROLD LLOYD EM APUROS. O FILME É SAFETY LAST, DE 1923.

O que está por trás da OMC?

AGNÈS BERTAND

A “Resolução final” da Rodada Uruguai, firmada em Marrakesh, em abril de 94, inclui a transformação do GATT, acordo contratual provisório, em organização permanente dotada de uma poderosa estrutura: a Organização Mundial do Comércio (OMC). Quando a OMC entrar em vigor, entre janeiro e junho de 1995, o será como estrutura permanente, com uma envergadura totalmente nova. Como escreveu Ralph Nader, trata-se de um tratado auto-aplicável que se arroga simultaneamente poder executivo, jurídico e legislativo. Enquanto a abertura de cada nova rodada do GATT exigia o acordo das “partes contratantes”, a OMC será dotada de plenos poderes para iniciar novas negociações.

“Cada membro assegurará a conformidade de suas leis, regulamentações e procedimentos administrativos com suas obrigações da forma como estão enunciadas nos Acordos.” O artigo XVI-4 do tratado que institui a OMC dá a medida das prerrogativas da nova organização, e da renúncia de poder dos Estados face às forças do mercado internacional. Em áreas tão variadas como a saúde e o meio ambiente, a propriedade intelectual e a bioética, os parlamentos perderão o poder de decisão final.

Longínquos organismos da OMC decidirão sobre as regras do livre-comércio e suas conclusões serão impostas, sob a ameaça de pesadas sanções. Esse é o mercado que deverá dirigir as decisões dos Estados, e o papel dos Estados será principalmente o de garantir os direitos das transnacionais e de proteger o capital estrangeiro. Escolhas políticas e considerações humanas serão então juridicamente subordinadas às lógicas comerciais, aos interesses econômicos dominantes. É isso, então, o império do direito?

Fato consumado

Apenas trinta e seis países haviam ratificado o acordo de Marrakech antes do voto positivo do Senado americano, no último dia 2 de dezembro. A decisão do Congresso dos Estados Unidos desbloqueia a situação e deverá permitir que a OMC entre efetivamente em vigor no início de 1995. E, no entanto, quem conhece seu histórico e sua estrutura?

Tudo foi feito para obscurecer, atrás dos termos técnicos, os debates a portas fechadas, as idas e vindas do oitava rodada do GATT e dos acordos de Marrakesh. Na França, foram sucessivamente os pequenos proprietários rurais, os pescadores, os

têxteis e os profissionais de áudio-visual que colocaram a Rodada Uruguai na pauta do dia. E a França não foi o único país onde os acordos foram contestados. Na Índia, no Japão, na Coreia, no México, no Canadá, nos Estados Unidos, por toda parte manifestações contra o GATT tentaram convencer os respectivos governos a não ceder. A mais bela dessas manifestações aconteceu na Índia, em Bangalore no Estado de Karnataka onde, no dia 2 de outubro de 1993, dia do aniversário de Gandhi, quinhentos mil camponeses desfraldaram suas mantas verdes, para dizer não às patentes sobre sementes. A imprensa silenciou sobre o fato.

É importante notar que os políticos, mesmo alguns dos escalões mais altos, ignoravam uma grande parte do que estava em andamento. Com seu mandato encerrado, Jean-Marie Rauch, ministro do Comércio exterior que acompanhou as negociações pela França de 1988 a 1991, segredou a um amigo: “No GATT, eu nunca entendi o que estava em negociação, nem como negociar. Tudo que eu sei é que, para pedir a palavra, devia colocar meu crachá na vertical. Eu então lia uma intervenção preparada pelos especialistas. Eu não sabia quem eram os especialistas. Mas o que eu sei é que os especialistas norte-americanos, as empresas de advogados

de negócios, sempre levavam vantagem”.

As negociações não foram conduzidas pelos políticos. Os funcionários do GATT gozam de uma autonomia suficiente para introduzir os termos e determinar o calendário de acordo com a sua filosofia. Essa filosofia é a teologia fundamentalista do mercado, onde o credo essencial é que o aumento do comércio internacional faz crescer a riqueza para todos. Isso, do lado da fé. Do lado pragmático, os funcionários internacionais do GATT, que acabaram de se outorgar imunidade territorial no quadro da futura OMC (artigo VIII), souberam aconselhar-se com os mestres do comércio internacional, as empresas transnacionais.

Projeto autoritário

Desde sua criação em 1947, o único estatuto jurídico do GATT era o de “Comitê Interino por uma organização internacional do comércio”. Quase cinquenta anos mais tarde, é conveniente fundamentar os resultados com uma certa permanência. De fato, o projeto de organização internacional do comércio tem uma história. A Carta de Havana tentava ligar as questões de emprego e justiça social à do comércio internacional. Mas jamais foi ratificada. Os norte-americanos, recusando abrir mão de suas prerrogativas unilaterais no cenário mundial, retiraram-se da Carta para convocar a primeira reunião do GATT (sigla inglesa do Acordo Geral sobre as tarifas alfandegárias e o comércio) em outubro de 1947.

O modo pelo qual a OMC finalmente toma corpo, quase cinquenta anos mais tarde, fala muito de seu caráter não democrático. Foi em 1990 que Arthur Dunkel, diretor geral do GATT, introduziu a idéia. Ele a fez amadurecer através de um grupo de negociação separado, sem submetê-la aos governos dos países-membros. Além disso, as negociações eram travadas entre o GATT, o Fundo Monetário e o Banco Mundial em 1989, sem que o diretor geral tivesse um mandato para conduzi-las. Em dezembro de 1991, quando os negociadores se reencontraram em Genebra, receberam oito páginas bem escondidas entre as cerca de quinhentos e cinquenta do Acordo final, intituladas “Acordo instituindo a organização multilateral do comércio”.

As ONG preocupadas com uma extensão do poder do GATT, os funcionários de Geneve respondiam então que nada mudaria no estatuto do Acordo. Dois anos depois, uma encenação: a parte sobre a OMC consta na abertura da Resolução final, em quatorze páginas de artigos extremamente constrangedores. Foi apenas em dezembro de 1993, e ainda numa reunião informal, que os chefes de delegações tomaram conhecimento da proposta. Já no dia seguinte, 15 de dezembro, os negociadores norte-americanos, que não apreciaram a reciprocidade implícita na expressão “multilateral”, conseguiram que o nome fosse mudado para Organização Mundial do Comércio.

Juridicamente, a ratificação da oitava rodada do GATT e a criação de uma nova organização internacional deveriam ser assinadas separadamente. Trata-se de resoluções de natureza distintas. Toda criação de uma nova organização internacional faz, tradicionalmente, referência à Carta das Nações Unidas. Ora, a Resolução final nem mesmo menciona a ONU. A idéia de acoplar a assinatura da oitava rodada do GATT à sua transformação em OMC é uma estratégia muito hábil, a única forma de fazer ratificar sob pressão e em meio à confusão uma resolução na qual poucos governos deveriam ter consentido.

O organograma da organização é interessante. É verdade que o conselho geral composto pelos representantes dos países membros é teoricamente o órgão supremo. Mas deve reunir obrigatoriamente apenas a cada dois anos. Nesse intervalo, os diversos conselhos (conselhos de mercadorias, conselhos de serviços e conselhos da propriedade intelectual) conduzirão as questões em curso, poderão criar outros órgãos subsidiários e estabelecerão seus próprios regimentos internos. Os conselhos poderão dessa forma propor emendas aos acordos e submetê-las ao conselho geral.

Trindade institucional

Se a OMC é concebida e constituída à margem das Nações Unidas, por outro lado ela escolheu seus parceiros. Tais parceiros devem ajudá-la a tornar "mais coerente a elaboração de políticas econômicas a nível mundial". Essa coerência necessitava, como já estava estipulado na versão de 1991, do estabelecimento de um "mecanismo de exame das políticas comerciais". Na versão de 1993, esse mecanismo veio a ser o "Órgão de avaliação das políticas comerciais". Portanto, os parceiros que acompanharão a OMC não são outros senão o Banco Mundial e o FMI.

Se a OMC guarda, mesmo que à distância, a idéia de representação nacional através dos embaixadores, isso não acontece com o Banco Mundial e o FMI. Nessas duas instituições, a regra não é "um país, uma voz" - que teoricamente, ainda que não praticamente, rege o GATT, mas "um dólar, uma voz". O que permitirá fazer retroceder ainda mais o papel dos Estados.

Cinquenta anos após a Conferência de Bretton Woods

que instituiu o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e deveria lançar a Organização Internacional do Comércio, as três instituições se reagrupam para criar uma só ordem mundial. No mesmo momento em que se manifestam as consequências de seu fracasso e sua perversidade (aumento da miséria no Sul, do desemprego e da exclusão no Norte), elas triunfam através da OMC.

Por outro lado, não há nada próximo de ser resolvido. A constituição da OMC não encobrirá os conflitos, mesmo entre as potências. Os Estados Unidos sabem disso, eles que estabeleceram um organismo de fiscalização da nova organização e que anunciam, *urbi et orbi*, que estão prontos para abandoná-la se ela tomar decisões que afrontem demasiado seus interesses. Esses são, decididamente, mais iguais que os outros. O "império do direito" não conseguirá disfarçar relações de força tão cruas. E, pouco a pouco, um número crescente de organizações sindicais e populares, em todo o mundo, tomam consciência dos perigos inerentes à trindade FMI-BM-OMC. □



A crise monetária e a Europa

NICOLAS BÉNIÈS

Os mercados financeiros continuam sob o choque da crise financeira mexicana que prossegue - as autoridades fixaram a taxa de juros em mais de 100% para reter os capitais estrangeiros e evitar uma queda maior do peso, até agora sem sucesso - e se estende para o conjunto das praças financeiras do Terceiro Mundo, sendo abalados também pela falência do Banco Barings e pelas reestruturações dos bancos. Os capitais deixam os Estados Unidos pela Alemanha ou Japão, provocando a baixa do dólar nos mercados de divisas. A crise financeira tem uma dimensão de crise monetária...

O dólar caiu em relação ao marco e ao yen. Pela primeira vez em mais de dez anos ele foi cotado a menos de cinco francos. Na raiz disso está a perda relativa da competitividade norte-americana que se exprime pela degradação do déficit da balança comercial que atingiu 166 milhões de dólares em 1994.

No momento, as autoridades monetárias norte-americanas - com o FED, o banco central do país, à frente - não tem interesse em lutar contra esta baixa. Ela favorece as exportações e encarece as importações do Japão e Alemanha. Ela tem os mesmos efeitos que uma desvalorização competitiva.

O país mais endividado do mundo

Por outro lado, o volume da dívida externa total, um trilhão de dólares - que faz dos EUA o país mais endividado do mundo - obrigará o FED a aumentar suas taxas de juros para atrair os capitais flutuantes e financeiros e cobrir os déficits da balança de pagamentos e do orçamento. Isso não será suficiente para impedir a continuidade do deslizamento.

Ela provem das previsões de crescimento. A depressão previsível no México, aliada à asfixia das causas que permitiram a retomada (em particular a redução da construção de residências e do consumo das famílias), se traduzirá pela entrada em uma nova recessão - num momento onde a retomada se consolida na Alemanha e em menor medida no Japão.

Aí se encontra a explicação para a alta do yen e do marco, as duas moedas internacionais que concorrem com o dólar. A alta do marco tem efeitos em cadeia sobre as moedas européias e sobre o sistema monetário europeu (SME). A libra inglesa e a lira italiana deixaram o SME no final de 1992, como reação a uma especulação desenfreada que forçava suas baixas. Os governos destes países puderam, fora do SME, sustentar uma política de relançamento da economia através da depreciação de suas moedas e avançar no mercado em detrimento dos capitalistas franceses, que protestavam contra estes procedimentos "desleais". A saída do SME, aliado à queda da taxa de juros, permitiu uma retomada econômica importante.

Agora, a especulação joga novamente estas moedas para

baixo, em função do potencial de crescimento da economia alemã, de um lado, e da inversão do ciclo destas duas economias aliado à profunda crise política que lança incertezas sobre seu futuro, de outro. Será difícil para estas moedas retornarem para o SME. Elas já estão excluídas do processo da moeda única europeia.

Qual o futuro do SME?

A Espanha e Portugal não estão em melhor situação. A peseta tem sofrido desvalorizações sucessivas. Nenhum dos dois países poderão participar da realização da moeda única europeia pois uma das condições previstas nos acordos de Maastricht é a estabilidade das trocas...

A política do Bundesbank, o banco central alemão, continua sendo o elemento determinante para todos os outros países europeus. E eles continuam mantendo a taxa de juros elevada e o marco sobrevalorizado. E o Banco da França está obrigado a seguir esta política, ainda que para favorecer a retomada do consumo e do crescimento da economia ele devesse baixar a taxa de juros. A manutenção desta taxa elevada arrisca a asfixiar a retomada e alimenta, ao mesmo tempo, a alta do marco. Os capitais flutuantes são atraídos pela Alemanha em função das altas taxas de juros, da retomada que se consolida naquele país e da sua estabilidade política.

A moeda única sem futuro

Esta situação desestabiliza profundamente a construção do SME e coloca em questão a realização da moeda única. Não é possível chegar à moeda única em 1997 ou 1999 quando as regras do jogo estão para ser mudadas. O Bundesbank parece ter optado por deixar o mercado impor suas regras, e bloquear todo avanço em direção à união econômica e monetária. Pode haver, nesta questão, uma mudança de posição, da classe dirigente alemã, a respeito da construção europeia...

Trata-se da segunda grande crise monetária com a qual se confronta a Europa. Na primeira, em julho/agosto de 1993, as margens de flutuação do SME foram alteradas de 2,5% para 15%, com as moedas européias podendo flutuar 30% entre si. A estabilidade das trocas conheceu uma primeira fissura. A política monetária francesa não se alterou, continuando a perseguir o objetivo de ancorar o franco no marco. Até agora, e graças a uma taxa de juros mais elevada do que na Alemanha, o franco não está muito "desengatado". Mas se o dólar continuar a cair e o marco a subir de forma concomitante, o franco será submetido a uma enorme pressão especulativa. □



CAROLE LOMBARD EM FOOLS FOR SCANDAL.

Os choques no mercado financeiro terminaram por inviabilizar a constituição de moeda única na Europa conforme previsto nos acordos de Maastricht.



Círculo vicioso do neoliberalismo

GUSTAVO CODAS

A crise econômica global do capitalismo continua aberta. As medidas neoliberais estão mostrando seus limites ao realimentar as razões da própria crise. Mesmo quando se verifica uma certa recuperação econômica, como em 1994, esta é lenta e frágil. As taxas médias de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) dos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), dos EUA e do Japão, confirmam esta tendência (ver o **Gráfico 1**, para o PIB da CEE). Quer dizer, as economias dos países imperialistas continuam dentro da onda longa recessiva, iniciada nos anos 70.

Demanda insuficiente

A razão imediata para este desempenho da produção capitalista está na insuficiência da demanda global de bens e serviços.

As políticas neoliberais aplicadas nos países industrializados têm fortalecido as tendências recessivas sobre o consumo privado (gastos dos assalariados) e o gasto público.

Vejam os casos dos salários. Por um lado, continua (basicamente) uma tendência decrescente da produtividade global do trabalho nas economias industrializadas; por outro, os salários têm aumentado, como regra, abaixo do incremento da produtividade, com impacto regressivo sobre a distribuição da renda (ver os **Gráficos 2 e 3**, para os casos do Japão e CEE). Esta tendência corresponde a um fenômeno próprio da onda longa recessiva; ao contrário, nesses países, nos anos de expansão até inícios

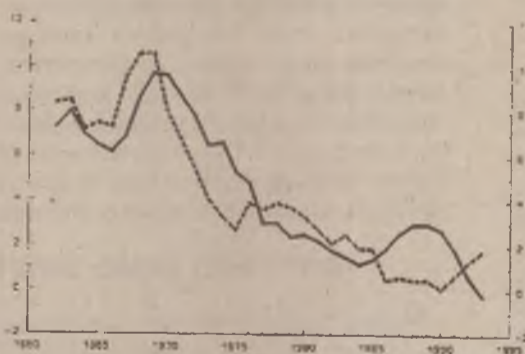
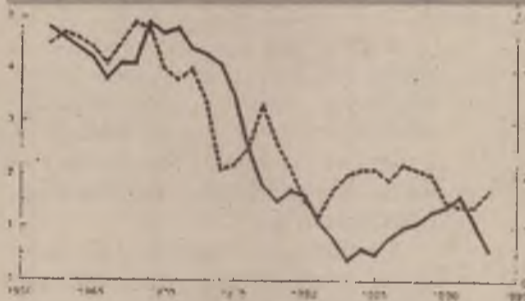
monetária aplicada em salários a burguesia consegue extrair uma quantidade maior de mais-valia.

Paralelamente, a atual onda longa recessiva tem ampliado o desemprego a níveis impressionantes, chegando-se a mais de 36 milhões de desempregados nos países da OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico) integrada pelos mais industrializados. As taxas de desemprego mostram um comportamento novo: mesmo nas fases de recuperação conjuntural mais forte, como a do final dos anos 80, o nível de emprego não reage de maneira proporcional. Trata-se então de um desemprego estrutural e crescente: com ou sem crescimento conjuntural da economia não se espera uma recuperação do emprego.

É justamente o aumento do desemprego, combinado com a queda relativa dos salários acima assinalada que compõe um quadro de forte diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores. Esta é a principal

Gráfico 2 e 3

Aqui mostramos a evolução da produtividade (isto é, a quantidade produzida por cada trabalhador ocupado, em média) e do salário real na Comunidade Europeia e no Japão. As linhas contínuas mostram os salários e as entre-cortadas a produtividade, ambas medidas em médias móveis de 3 anos.



explicação da crise permanente da demanda que se vive nos países desenvolvidos (ver **Gráfico 4**, para a CEE).

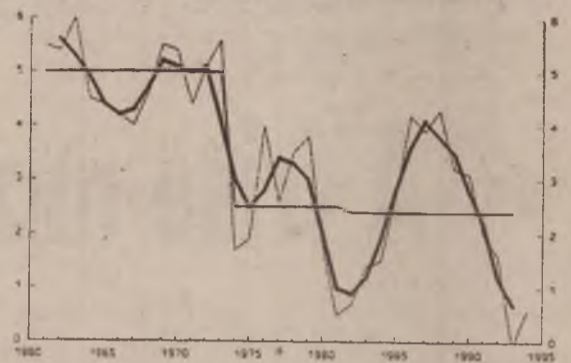
No entanto, poderia se esperar que os estímulos à recuperação econômica viessem de fontes de consumo "não salariais" - sejam do "consumo público" (gastos dos governos em bens e serviços), dos investimentos produtivos (a utilização dos empresários da mais-valia obtida em ampliação de equipamentos e instalações) ou do "consumo externo" (as exportações de bens e serviços ao estrangeiro) - mais isso não está ocorrendo.

Gastos públicos cortados

As políticas neoliberais tiveram um efeito de contração sobre o gasto público, com exceção dos "anos

Gráfico 4

O gráfico mostra o crescimento do consumo da população nos países da Comunidade Europeia. As linhas horizontais mostram a média do período, a linha grossa a média móvel de 3 anos e a fina a taxa anual de crescimento.



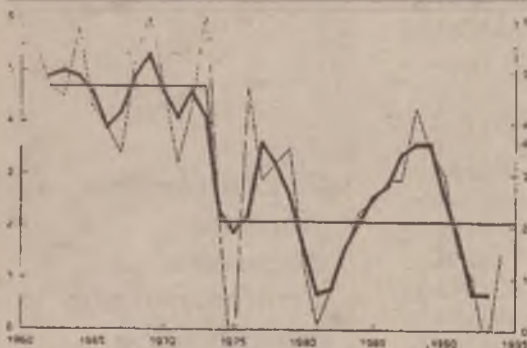
Reagan" quando a corrida armamentista teve um efeito "keynesiano" (isto é, os gastos militares do governo puxaram a economia), o que foi larga e negativamente compensado no final do período pelos desequilíbrios provocados em termos de déficit e endividamento públicos dos EUA (ver **Gráfico 5**).

Na verdade, para os neoliberais, a prioridade têm sido o ataque à inflação. Nisto tiveram um grande êxito. As taxas de inflação regrediram aos níveis dos anos da onda longa expansiva ou menores ainda. Para tanto, têm praticado uma política de altas taxas de juros, com impactos anti-inflacionários tanto sobre o consumo como sobre a taxa de câmbio. Mas esses níveis de taxas de juros são o oposto aos da onda longa anterior - que estavam perto de 1% ou eram negativas.

A principal vítima das altas taxas de juros têm sido as finanças públicas, que têm sofrido com o crescente endividamento dos governos (ver **Gráfico 6**, para CEE, EUA e Japão, tende este último um desempenho diferente). Cada 1% de aumento da taxa de juros produz uma forte sangria das finanças públicas (ver **Tabela 1**). Se por um lado, isto pressiona por mais cortes dos gastos públicos com seguridade social, educação, etc., por outro lado, têm sido uma fonte de valorização do capital muito por cima do desem-

Gráfico 1

Apresentamos as taxas de crescimento do PIB da Comunidade Europeia. As linhas horizontais mostram a taxa média do período, a linha grossa as médias móveis de 3 anos, e a fina a taxa anual.

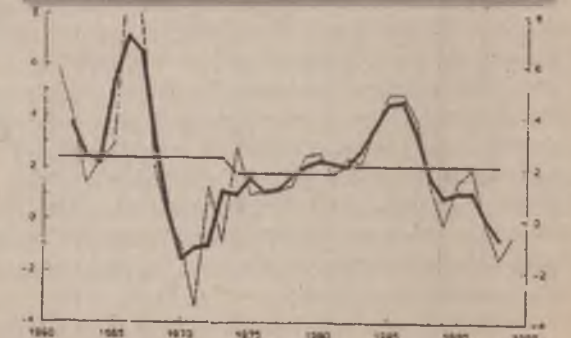


dos 70, a tendência dos salários era de acompanhar o crescimento da produtividade, isto é, de estabilidade na distribuição da renda. Pior ainda, agora temos mesmo casos de queda do salário real como o ocorrido na Itália, em 1994, pela primeira vez desde a pós-Guerra Mundial.

Tanto o aumento menor do salário em relação à produtividade como a diminuição do salário real indicam que nos encontramos em uma fase de aumento da taxa de exploração, isto é, para cada unidade

Gráfico 5

O gráfico indica a evolução dos gastos do governo dos EUA com bens e serviços. As linhas horizontais mostram as médias dos períodos, a linha grossa a média móvel de 3 anos e a fina a taxa anual. Pode-se notar o impacto dos "anos Reagan" e a crise dessa experiência. Na CEE e no Japão a evolução foi de um declínio contínuo desde início dos '70.



Este quadro mostra que cada aumento de 1% na taxa de juros provoca uma ampliação dos déficits públicos, que aparecem medidos como percentuais do PIB.

E U A	0.1
Japão	0.1
Alemanha	0.1
França	0.1
Itália	0.4
Inglaterra	0.1
Canadá	0.3
Total dos países acima	0.2
Austrália	0.1
Austria	0.1
Bélgica	0.3
Dinamarca	0.2
Finlândia	0.1
Grécia	0.5
Holanda	0.1
Portugal	0.3
Espanha	0.2
Suécia	0.3
Total dos países pequenos	0.2

penho do “setor real da economia” que continua em crise.

Em suma, não há possibilidade de uma política fiscal expansiva a curto prazo.

Um “detalhe” adicional: neste marco têm prosperado um mercado internacional de capitais, com todo um leque de formas de especulação, que fora do controle de qualquer Estado nacional ou órgão multinacional, constituiu-se em fonte tanto de fantástica valorização dos capitais assim aplicados como de instabilidade financeira internacional (como vêm mostrando a atual crise externa de México, secundado por Argentina, Brasil e até países imperialistas).

Um setor cresce!

Os neoliberais transformaram a vitória sobre a inflação em derrota da maioria da população e em grande negócio para os credores dos governos. O ataque combinado aos salários diretos (pagos aos trabalhadores) e aos salários indiretos (que os trabalhadores receberiam como benefícios do Estado), num momento de altas taxas de retribuição financeira do Estado a seus credores, constituiu-se num mecanismo de concentração da renda nesses países.

Como resultado desse processo há um tipo de consumo que têm crescido: o dos estratos de pessoas muito ricas. porém, este segmento do consumo é totalmente incapaz de constituir-se em alavanca para a retomada do crescimento econômico.

Investimentos adiados

O comportamento dos investimentos no período atual é resultado da falta de estímulos à produção, produto da queda da demanda global. Os principais indicadores mostram que não se reverteu o baixo nível das taxas de crescimento da chamada “formação bruta de capital fixo”, isto é, do investimento em equipamentos e instalações (ver *Gráfico 7*, para a CEE).

Estudos demonstram que investimentos em larga escala, por exemplo, para a substituição das atuais redes de transmissão por outras de fibras óticas, seriam possíveis e funcionariam como alavancas poderosas sobre o conjunto do sistema econômico (tal como aconteceu com a ferrovia ou o automóvel em outras fases do capitalismo). Porém, esses investimentos encontram-se inibidos porque os níveis atuais de demanda efetiva dos assalariados dos países industrializados não propiciam escalas suficientes para que sejam rentáveis.

As grandes potencialidades abertas para o bem-estar da humanidade com os recentes desenvolvi-

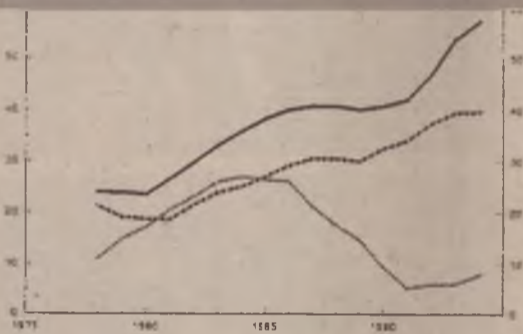
mentos tecnológicos não podem ser plenamente aproveitados por causa das restrições que a queda da demanda provoca.

Empate externo

O último (possível) fator de impulso da demanda poderia ser o “externo”: as exportações. Efetivamente, o valor do conjunto do comércio mundial têm crescido o dobro da taxa de aumento da produção nos últimos anos.

Porém, “todo o mundo exporta e importa”. Todo o mundo compete e ninguém melhora. Além do mais 70% do comércio mundial é entre países imperialistas. Quer dizer, o impacto da combinação de aumentos tanto das exportações como importações em praticamente todas as áreas (os países desenvolvidos, os em transição ao capitalismo no Leste Europeu, os dependentes) faz com que o setor externo tenha um

Gráfico 6
Os países de Europa e os EUA têm aumentado persistentemente seu nível de endividamento (medido no gráfico como percentual do PIB). Somente o Japão mostra uma mudança de rumo a partir de meados da década passada.



“efeito de soma zero” para a economia a nível internacional.

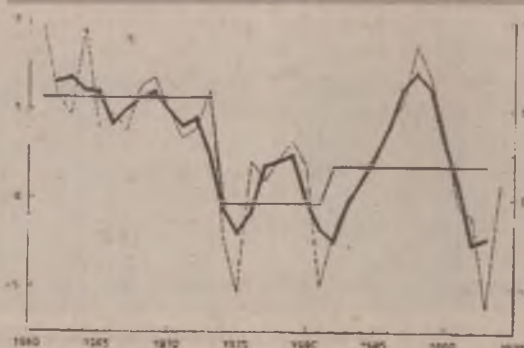
Ainda, o que é verdade a nível global pode não sé-lo num país ou outro, mas do ponto de vista internacional essas exceções pesam pouco.

Este fenômeno está na base do comportamento que se observa na conta corrente da balança de pagamento dos países industrializados; o que se ganha num ano, perde-se no outro (ver *Gráfico 8*, para CEE, EUA e Japão).

No final do processo, o impacto deste pujante comércio externo de mercadorias, conduz a uma conclusão: não há novos mercados. A “aldeia global” que em muitos sentidos têm revolucionado nossas vidas, não têm tido ressonância para a reativação das economias.

Perspectivas

Gráfico 7
O gráfico mostra as taxas de crescimento dos investimentos em equipamentos e instalações nos países da CEE. A linha horizontal indica a média do período, a linha grossa a média móvel de 3 anos e a fina a taxa anual.



Podemos resumir as perspectivas, a partir do conjunto de elementos acima elencados, da seguinte maneira:

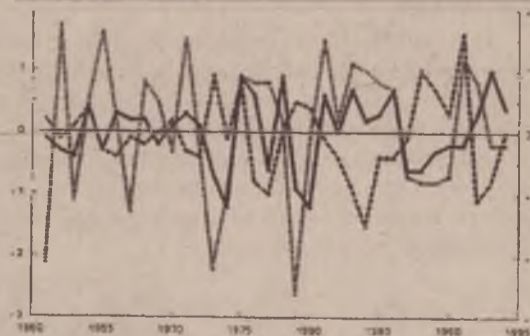
a) Não é possível esperar uma expansão econômica no próximo período - do tipo que se viveu em finais dos anos 80.

b) Nos países desenvolvidos não haverá processos de absorção dos desempregados. E mais: o emprego “novo” que venha ser criado, em geral será de “baixa qualidade” (temporário, tempo parcial, precário, com salários rebaixados, etc.)

c) Continuará sob a condução neoliberal a pressão sobre o “Estado de Bem-Estar Social” no Primeiro Mundo e a pressão (financeira, comercial, etc.) dos países industrializados sobre o Terceiro Mundo.

d) Mas também, depois de década e meia de neoliberalismo, o balanço desta estratégia burguesa não é otimista para os governos dos países imperialistas. Desenvolvem-se, em consequência, inúmeros conflitos ao interior das burguesias das diversas regiões (e entre elas). Porém, nos meios conservadores não tem surgido alternativas ao neoliberalismo, pelo

Gráfico 8
A conta corrente da balança de pagamentos registra o saldo entre o que o país recebe por remuneração de seus capitais aplicados no exterior, venda de bens e serviços ao exterior, pagamentos de suas dívidas externas, etc. e o que gasta nesses mesmos conceitos remunerando “outros países”. Um saldo positivo pode alavancar o PIB, o negativo pode freá-lo. A linha contínua mostra esse saldo para a CEE, a entre-cortada para os EUA e a pontilhada para o Japão



que mesmo com conflitos crescentes no seu seio, deveremos continuar a assistir a aplicação do mesmo receituário.

Se o cenário é de intensificação de conflitos, em princípio é também propício para que as esquerdas busquem seu rearmamento programático e novos níveis de intervenção política. Mas que isso venha a acontecer já não depende da economia...□

Gustavo Coda participou do IV Seminário Econômico do Instituto Internacional de Pesquisa e Formação, em Amsterdã, na Holanda (março, 1994). Este texto é uma síntese das discussões sobre conjuntura internacional.

Alemanha: 35 horas com aumento salarial

Os metalúrgicos alemães do sindicato IG Metall conquistaram uma grande vitória em 7 de março, quando foi assinado o acordo da Baviera, pelo qual o patronato que lhes garantiu um aumento de salários da ordem de 4% a 5% ao ano por dois anos e uma redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais a partir de 1 de outubro próximo. Este acordo deverá ser agora repetido nas outras regiões do país.

A vitória dos operários foi obtida num contexto de retomada da atividade econômica desde o ano passado e pode ser decisiva para reverter a situação do movimento sindical alemão. Desde 1992, a principal central sindical, a DGB, perdeu 2,2 milhões de membros, estando hoje com 9,8 milhões. Os sindicatos foram também atingidos pelo desemprego e pelo envelhecimento de seus membros: assim, 35% dos afiliados do IG Metall pa-

gam uma cotização reduzida (de desempregados e aposentados) e este sindicato também perdeu 70 mil aderentes em 1994.

Além disso, a absorção da ex-RDA, a ofensiva ideológica da burguesia e a legislação anti-greve também contribuíram para enfraquecer o movimento sindical. Pelo artigo 116 da lei de "promoção do trabalho", o patronato pode opor um *lockout* massivo a uma greve circunscrita, obrigando o caixa do sindicato a arcar com os custos do seguro-desemprego de todos os atingidos pela medida patronal.

No ano passado, os metalúrgicos empreenderam uma grande mobilização, pela qual 1,5 milhões de operários participaram de greves de advertência e votaram por uma greve geral da categoria. Mas, nas vésperas dela, diante das ameaças de *lockout* pelo

patronato, a direção acabou assinando um acordo que congelou o salário nominal por um ano.

Neste ano, a direção do IG Metall empreendeu, com a ajuda de um sofisticado programa de computador, uma greve localizada que paralisava a cada momento diferentes empresas mas reduzia o impacto sobre as demais empresas da categoria, de forma que o patronato não pudesse recorrer ao *lockout*. Ela atingiu, num primeiro momento, 11 mil assalariados de 22 empresas e, depois, 21 mil assalariados de 36 empresas. Além disso, escolheu-se a Baviera para se iniciar as negociações, uma região em que o patronato estava dividido e com as fábricas operando em capacidade máxima, preocupados em acabar rapidamente com a greve.

Trata-se de um resultado encorajador para o movimento sindical de toda a Europa. □

Nicarágua: racha sandinista

Alguns dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional deixaram o partido em dezembro e janeiro, capitaneados por Sergio Ramirez, principal expoente da ala social-democrata que se opunha à ala "tradicionalista" ao redor de Daniel Ortega.

Ramirez estabeleceu o Movimento de Renovação Sandinista, cuja política é promover uma cooperação com a centro-direita visando ganhar as classes médias para um programa mais reformista do que o sustentado pelo atual governo de Chamorro e Lacayo.

De outro lado, apesar de Ortega ainda insistir que a FSLN deve "defender os interesses das massas", ele tem se mostrado relutante ou incapaz de propor alternativas ao programa de ajuste estrutural do FMI, aplicado pelo governo, que está destruindo os sistemas de saúde e seguridade social do país. Ortega também está envolvido no escândalo da "pinata", referente à privatização de muitas empresas nacionalizadas para as mãos de dirigentes sandinistas dias depois da derrota eleitoral de fevereiro de 1990, mas antes que eles deixassem o poder.

A contumácia das acusações públicas de ambos os lados na luta pela apropriação da herança do sandinismo dilapidou a imagem da organização e desorientou ou desiludiu numerosos militantes.

As próximas eleições presidenciais ocorrerão em 1996. Com a crise do sandinismo, o demagógico prefeito direitista de Manágua, Aleman, vem despontando como favorito. □



NICOLAS TRICHOMIROF, MAGNUM

ORSON WELLES, ANTHONY PERKINS E ROMY SCHNEIDER NAS FILMAGENS DE O PROCESSO (1962).

El Salvador: a cisão da FMLN

Em dezembro, a Expressão Renovadora do Povo (ERP), atual denominação do Exército Revolucionário do Povo, dirigido por Joaquim Villalobos, e a maioria da Resistência Nacional (RN), deixaram a Frente Sandinista de Libertação Nacional para constituir, junto com o Movimento Nacional Revolucionário, um partido social-democrata.

A FMLN tinha realizado uma convenção em 17 e 18 de dezembro que deliberou por unanimidade trabalhar no sentido de unificar os vários grupos que integravam a frente, visando transformá-la num partido político unificado com direito à constituição de tendências políticas. As Forças Populares de Libertação (FPL), o Partido Comunista (PC) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos (PRTC) deverão rever suas estruturas organizativas para se adaptar à nova situação, eliminando também a duplicidade de organizações de massa que cada corrente impulsiona. Participam do processo de formação do novo partido, além das três organizações revolucionárias, a Tendência Democrática do ERP e a Tendência Frontista da RN, que se opuseram ao curso social-democrata majoritário entre seus dirigentes. Para muitos militantes e para boa parte da base social da esquerda, a Frente era uma referência mais forte do que as suas organizações.

O próximo desafio eleitoral da esquerda salvadorenha será em 1997, nas eleições para as assembleias legislativas e os conselhos municipais. □



JOSEPH KONDEKA, MAGNUM

ESTÁTUA DE LENIN SOBRE O DANÚBIO, PARTE DO CENÁRIO DE REGARD D'ÚLYSSE, DE THEO ANGELOPOULOS (1994).

O fim da história moderna

KAREL KOSIK

Tivemos que esperar o ano de 1989 para que o americano Francis Fukuyama retomasse a velha reflexão de Hegel sobre o "fim da História". A História acabou em 1806, dizia Hegel, e isso foi alcançado pela batalha de Iena. O bom senso se recusa a admitir tal afirmação e objeta: como a História pode acabar se ela prossegue de maneira tão evidente, se modificações ocorrem continuamente e se cada dia aporta alguma coisa de nova? Estas objeções resultam de um mal entendido. Hegel não nega as mudanças e a evolução, ele chama a atenção para o fato de que o *essencial* já tinha passado e que tudo se sucederia apenas desenvolveria, ampliaria e diluiria o sistema estabelecido.

Não se passa nada de novo? Ao contrário, o "fim da História" se impõe pelo fato de que se passa sempre alguma coisa nova, o mais novo desalojando o novo, o novo nascendo para, imediatamente ou um instante depois, cair em desuso. Mas nesta corrente incessante de novidades, nada de novo nasce, o novo, como o mais novo, é marcado pela esterilidade e pela inessencialidade como tudo o que o precedeu. A essência da História moderna e de seu "fim" é o crescimento do inessencial, o desalojamento do essencial pelo acessório, a substituição de um pelo outro. As pessoas são devoradas pela corrida ao acessório, a acumulação do secundário enquanto o essencial lhes escapa.

Os paradigmas de cada época

Cada época é determinada pela relação que as pessoas estabelecem com a realidade e portanto entre elas mesmas. Esta relação determinante cria o *paradigma* da época. O paradigma da época antiga é a *tetralogia*, a tetrade formada pelos mortais e os Deuses, a Terra e o Céu, sobre a qual se baseia a *Polis*, como também a filosofia, a arquitetura, a poesia lírica. O paradigma da era cristã concentra-se ao redor da relação do homem com Deus, fonte da imaginação que criou as cúpulas e as catedrais, o canto gregoriano, as pinturas e as esculturas.

O paradigma da época moderna é caracterizado pela emancipação do homem, que se liberta dos entraves da Idade Média, religiosos e temporais, e deseja servir-se plenamente de sua razão. Mas este homem não aspira somente ser livre, ele se esforça também por tornar-se senhor e possuidor da natureza. Esta *dualidade*, associando a liberdade e o domínio *sobre* a realidade, é fatal. O homem moderno domina a realidade, transforma-a em uma realidade fácil de manipular e disponível quando fabrica instrumentos, máquinas, aparelhos e, sobretudo, quando ele constrói todo um sistema susceptível de aperfeiçoamento compreendendo a ciência, a técnica e a economia. Este sistema produz quantidades grandiosas de artefatos, informações, posses. A época moderna caracteriza-se pelo crescimento, pela elevação gradual da produção e da riqueza, sua medida é a ultrapassagem de toda medida, qualquer que seja ela - isto é, a desmedida.

Prisioneiros do sistema moderno

O sistema moderno é uma transformação contínua na qual a realidade se torna realidade calculável e disponível para ser colocada a serviço do homem. Mas este sistema possui também a notável propriedade de transformar os próprios homens. O homem moderno que, no início, na época de Descartes, Diderot, Mozart, Kant, experimentava e pensava sua emancipação da dependência de autoridades como um progresso e um esclarecimento, que se sentia e vivia como um sujeito heróico marchando para a liberdade, cai sempre mais sob a dependência de sua própria criação, do sistema de criar uma riqueza incomensurável. É então que a substituição fatal se produz: a época moderna é aquela de um subjetivismo desacorrentado onde o homem, o sujeito de outrora, é cada vez mais acorrentado pelas forças do sistema de produção e torna-se o prisioneiro e o objeto. Os papéis modificam-se: o

sistema que deveria servir ao homem torna-se o senhor, um pseudo-sujeito degradando as pessoas à condição de acessórios de *seu* funcionamento e de *seu* progresso; as pessoas são condenadas ao papel de objetos impotentes, movendo-se no seio do mecanismo desta maquinaria em marcha, incapazes de libertarem-se de seu laço.

Esgotamento de um paradigma

A realidade de hoje, a época do "fim da História", é um um grandioso "sistema de necessidades" expansivo e em expansão no qual as pessoas são reduzidas à saberes reduzidos, à condição de produtores e consumidores. Este sistema é também o único e a mais alta realidade, que não permite a seu lado e sob dele nenhum outro, nenhum diferente, nenhum independente, e arrasta tudo em sua engrenagem.

O que significa, portanto, o "fim da História"? A História chegou a seu termo? De forma nenhuma; o que chegou a seu termo é a história do *paradigma moderno*. Esta história chegou ao fim de sua razão, isto é, de sua capacidade de compreender corretamente o que se passa e de agir de maneira adequada, *sua* razão deixou de constituir a unidade de compreender e saber, apreender e conduzir-se de maneira responsável, ela caiu ao nível de simples componente subalterno do sistema em funcionamento.

Esta História chegou igualmente ao fim de sua imaginação, pervertida de maneira unilateral em inventividade técnica orientada para a facilidade e a prodigalidade da vida, e não para mais para uma vida que seria boa. A imaginação criadora não aparece mais - na época do "fim da História", do nihilismo desacorrentado, da ameaça total pesando sobre o mundo - tanto enquanto *protesto e revolta* contra o paradigma no poder, em oposição a ele, e para descrever seu horror (a obra de Franz Kafka) ou se caçar de sua esterilidade e elevar o riso a altura de elemento essencial do saber crítico.

Ela pertence à essência, a saber, à contra-verdade deste paradigma - de confundir a razão com a racionalização, a imaginação com a inventividade técnica, e porque ela proclama que cada uma de suas grandes descobertas é o início de uma nova época da história. Depois da Segunda Guerra Mundial, a humanidade entrou na era atômica; hoje, no dizer dos ideólogos, começa a era dos micro-processadores, dos computadores, o futuro pertence às pulgas. Na realidade, todas estas invenções técnicas e racionais de conquista são simples etapas do paradigma moderno, paradigma obsoleto e esgotado. Com uma evidencia esmagadora, elas revelam sua contra-verdade e sua perversão: a era das pulgas anuncia que o homem enquanto ser *determinado* por sua relação com a verdade não entra em consideração para este sistema, que ele é inútil e supérfluo e apenas representa um obstáculo aos seus desenvolvimentos posteriores. □

Karel Kosik é autor de *A dialética do concreto*. Este texto integra o livro *Le Printemps de Prague, la "fin de l'Histoire" et le Schauspieler*. Paris, Gallimard, 1993.



ORSON WELLES
DESCANSA NAS
FILMAGENS DE FALSTAFF
NA ESPANHA, EM 1964.

O paradigma vigente na época moderna deixou de constituir a unidade de compreender e saber, apreender e ser responsável tornando-se um componente subalterno do sistema.

NICOLAS TIKHOMIROFF, MAGNUM

A esquerda frente à crise da família

STEPHANIE COONTZ

A população dos Estados Unidos vem debatendo nos últimos anos a “crise da família”. O país tem o maior índice de divórcios do mundo, a segunda maior taxa de pobreza entre as crianças entre as nações industriais avançadas (a Austrália é a primeira), e quase duas vezes mais nascimentos e abortos entre adolescentes do que os outros países centrais. Além disso, os índices de violência e de suicídio na juventude cresceram muito nas últimas três décadas. 42% de todos os pais divorciados que não tem a custódia de seus filhos não os viram no último ano. Mesmo crianças de casas afluentes com pai e mãe presentes parecem estar sofrendo uma falta de dedicação de tempo e atenção.

Dados semelhantes estão começando a aparecer na maioria dos países avançados. A ruptura dos velhos padrões de vida familiar, papéis de gênero e obrigações para com os jovens e velhos, de fato, correspondem a uma *crise geral do modo de cuidar dos dependentes e promover a interdependência no mundo moderno*.

Não é de se admirar que as pessoas se sintam desorientadas. No curso de quase toda a história escrita, a família tem oferecido a maioria das orientações sobre como os lares deveriam definir os papéis pessoais na divisão social do trabalho, na redistribuição dos bens para crianças e organizar as relações intergeracionais entre velhos e jovens.

A família é uma construção social que varia de sociedade para sociedade, e dentro dos subgrupos de cada sociedade. Sua definição e organização varia com o tempo. Não há família universal. Alguns grupos utilizam unidades alternativas para organizar a divisão do trabalho e a redistribuição dos bens. Os Zinacantecos do sul do México não tem uma palavra diferenciando pais e filhos de outros grupos sociais; ao invés, eles identificam a unidade social básica como uma “casa”. Os Yorubas de Ondo não definem

os direitos nem as obrigações de qualquer grupo social puramente em termos de parentesco.

Mito e realidade

Mas a maioria das sociedades e toda sociedade dividida por classes e organizada através de um aparelho de Estado, usam o conceito de “família” tanto para orquestrar como para limitar esta distribuição e redistribuição de direitos e obrigações. E nas sociedades euro-americanas, como em muitas outras, esta organização envolveu a subordinação das mulheres. As mulheres tem sido mantidas subordinadas dentro da família de modo que se encarreguem do cuidado das crianças, dos idosos, dos doentes e dos dispensáveis.

Parte da crise da família nos Estados Unidos deriva precisamente da ruptura de uma velha divisão sexual do trabalho que dá aos indivíduos poucas opções fora do casamento, permitindo à sociedade pretender que todas as mulheres tenham esposos adoráveis que podem ganhar salários suficientes para sustentá-las, que todas as crianças podem ser cuidadas e protegidas dentro e pelo círculo familiar e que qualquer outro problema não é parte estrutural do sistema.

É claro que muitas famílias, mesmo com pai e mãe, eram incapazes de operar neste sistema de salário familiar no passado, seja econômica, seja emocionalmente. Mas a existência desta forma entre muitas famílias de classe média ou de operários sindicalizados, combinada com a negação cultural massiva de famílias alternativas ou fracassadas, permitiu às pessoas nos EUA adiar a confrontação com os limites estruturais e morais do capitalismo liberal. A sociedade americana alegremente assumiu que a competição desenfreada e a busca da riqueza poderia prevalecer na esfera pública enquanto o altruísmo e o cuidado seriam fornecidos pela família.

Muitas forças corroeram o sistema da família assalariada e a hegemonia cultural dos papéis de gênero que ele sancionava. Consumismo e individualismo, por exemplo, que derivam da operação

do capitalismo avançado e da ideologia da empresa privada, há muito tempo tornaram os compromissos interpessoais frágeis nos EUA. Mas os rearranjos mais óbvios do sistema familiar são aqueles ligados à mudança do papel econômico e social das mulheres.

O progresso simultâneo da industrialização, que tirou as mulheres na força de trabalho assalariada, e da libertação das mulheres, que reflete a oposição das mulheres às contradições e desigualdades de sua posição tanto no trabalho como no lar, tende a romper o papel da família como lugar primário de redistribuição dos bens e serviços. Isso foi reforçado pelo ascenso do movimento de libertação homossexual, pelas famílias monoparentais, casas de uma pessoa e por inúmeros lares de casais que não tem nem filhos nem idosos em suas casas.

Dimensões do sofrimento

Apesar do fato de que apenas uma minoria nos EUA avaliza o programa da direita para a família, tanto os liberais como os conservadores tendem a aceitar sua análise e a juntarem-se ao coro que afirma que o desvio do “paradigma da família com pai e mãe” é a principal causa dos problemas sociais. Afirmam que “o melhor programa de combate à pobreza para as crianças é uma família estável, intacta”.

Nos Estados Unidos e em muitos outros países, as respostas da esquerda e das feministas à ruptura do sistema da família assalariada nem sempre levaram em consideração as dimensões da mudança.

Nos EUA, metade dos casamentos atuais terminarão em divórcio antes do seu quarto aniversário. 60% dos segundos casamentos também terminarão; metade de todas as crianças passam alguns anos em uma família monoparental. Estas famílias, na média, tem muitos problemas. Mas as crianças de famílias só com pai ou mãe tem índices de prisões maiores que aquelas que tem pais e mães; tem maior propensão a serem mais pobres; a terem maiores problemas na escola; e a expressar uma angústia extrema. Crianças vivendo com pais recasados tem propensão ainda maior a ter estes problemas.

Estas não são consequências necessárias de famílias monoparentais ou de recasados. São consequências do fracasso de construir novos valores e novos sistemas de apoio. Por exemplo, os problemas em famílias de recasados surgem porque as pessoas mantêm suas velhas certezas sobre como as crianças devem ter um relacionamento exclusivo com uma mãe ou um pai. Naturalmente, nestas situações as crianças tem duas mães ou pais, um dentro de casa e outro fora. Não se pode esperar que estas crianças tenham relacionamentos exclusivos. *A menos que as pessoas mudem suas expectativas, suas crianças sofrerão uma tensão extrema*. Assim, não é a família em si que causa sofrimento, mas a ausência de novas orientações, novos valores, novas formas de operar. Mas o sofrimento é real.

Há também problemas reais associados ao fato das mulheres trabalharem fora de casa. Quase não há regulamentação sobre o cuidado das crianças. O resultado é que crianças são colocadas na creche às seis ou sete da manhã e só recolhidas às seis da tarde, freqüentemente em condições inadequadas. Mas estes não são problemas insolúveis: a Suécia, por exemplo, reduziu o horário de trabalho; muitas empresas dos EUA construíram creches nos locais de trabalho, de forma que os pais podem passar os intervalos e almoços com suas crianças.



WAYNE MILLER, MAGNUM

JANE MANSFIELD, SEU MARIDO MR. MÚSCULO E SEUS CÃEZINHOS, NUM CLICHÊ DO AMERICAN WAY OF LIFE (1958).



HENRI CARTIER-BRESSON, MAGNUM

JACQUES TATI DESCONCERTADO DIANTE DA MESMA JANE MANSFIELD, NO FESTIVAL DE CANNES DE 1958.

Família tradicional

Há novos problemas que advêm dos recentes rearranjos da vida familiar numa sociedade onde velhas instituições e sistemas de valores chocam-se com novos comportamentos e crenças. Devemos nos preocupar com a *erosão dos compromissos sociais e pessoais* nos EUA. Mas muitos destes problemas tem suas raízes em fatores sociais e econômicos além da família. Frequentemente, a volta a formas "tradicionais" de família e valores acrescenta novos problemas, não ajuda a resolvê-los.

Inicialmente, muitos dos problemas não estavam resolvidos pela família tradicional, mas apenas ocultos. Eu não gosto da frase "a feminização da pobreza", por exemplo, porque mulheres e crianças sempre carregaram o fardo da pobreza: tanto nas famílias com pai e mãe, embora com menos visibilidade, como naquelas monoparentais.

A exploração das crianças não é um problema novo. Embora os índices de abusos de crianças sejam chocantes, pelo menos mostram que as pessoas estão denunciando os casos. Nos velhos tempos esta costumava ser uma prerrogativa dos pais. E a violência contra as mulheres era absolutamente aceita até meados do século XIX.

Muitos mitos que temos sobre como as famílias costumavam funcionar não são verdadeiros. Anteriormente as famílias não eram lugares de amor, afeto e paz. Algumas das mudanças na vida familiar são boas. As mulheres tem hoje mais independência.

A arruinada rede de proteção

Entretanto, há *novos problemas* econômicos e sociais. A questão é: eles advêm do colapso da família? De fato, alguns deles *advêm do colapso da rede de segurança social fora da família*.

É uma grande mentira que os programas de bem-estar social estão tornando as coisas piores, que estão aumentando a dependência. De fato, durante os anos 50, antes da expansão do sistema de previdência social nos EUA, no auge das famílias com pais e mães, 30% das crianças eram pobres, uma cifra maior do que hoje. O cuidado com as crianças aumentou nos anos 50 e 60, atingindo seu ponto culminante em 1970 e permanecendo aí até 1975/79, quando então, com os cortes nos gastos com os programas sociais, começou a cair.

Assim, muitos dos problemas associados às famílias não tradicionais são causados muito mais por seus problemas anteriores, pobreza e estigma social, do que pela forma da família.

A ruptura associada com o divórcio é um problema real: divórcios frequentemente conduzem à perda de uma casa para a mulher e a realocação da criança. Um dos mais interessantes (e para um pai ou um mãe, perturbador) estudos mostra que a perda de continuidade dos grupos de semelhantes e de um sentido de lugar é muito mais traumático para as crianças do que a perda de um pai ou uma mãe. Assim, teríamos que buscar respostas que minimizassem estas rupturas, não proibir o divórcio.

Finalmente, outro fator é o estigma social. A experiência já foi feita muitas vezes. Professores são divididos aleatoriamente em dois grupos. Cada grupo recebe um mesmo videotape mostrando o comportamento idêntico da mesma criança. Pedese para cada grupo avaliar as habilidades acadêmicas e sociais da criança. Para um grupo é dito que os pais vivem juntos; para o outro é dito que a criança vive com uma mãe divorciada. O segundo grupo de professores sempre descreve a criança mais negativamente em toda a escala do que o primeiro grupo. Os preconceitos estão muito, muito profundamente arraigados.

Antes que as pessoas adiram à crença de que o casamento é o melhor antídoto contra a pobreza, fracasso educacional e tensão psicológica, devem observar as famílias de pais e mães devastadas pela

perda do emprego na indústria - famílias cujas crianças agora exibem a maioria dos problemas emocionais e cognitivos geralmente atribuídos ao divórcio.

A crise da família no final do século XX é, sob muitos aspectos, uma crise mais ampla da reprodução social: *uma transformação maior na forma como nós produzimos, reproduzimos e distribuímos bens, serviços, poder, recompensas econômicas e papéis sociais, incluindo aqueles de classe e de gênero*. A idéia de que nós podemos solucionar esta crise revivendo as formas tradicionais de família e valores não é apenas irrealista mas positivamente perigosa.

Bancarrota do individualismo

A transformação econômica em curso no capitalismo tardio, a ruptura das expectativas tradicionais com o trabalho e bancarrota das formas tradicionais de família conduzem-nos a um ponto muito claro, *a bancarrota moral do individualismo liberal*.

O "ciclo de vida moral" da maioria das famílias de classe média dos EUA no período de prosperidade do pós-guerra estava baseada na presun-



JACQUES TATI COM ALAIN BECOURT NA APRESENTAÇÃO DE MEU TIO NO FESTIVAL DE CANNES DE 1958.

ção de uma *trajetória ascendente comum*, estreitamente vinculada ao *status* familiar. Jovens que se tornavam adultos progrediam através do sistema para um *status* mais elevado na idade madura, adquirindo uma casa para sua família que providenciaria para eles segurança em sua velhice. A solidariedade da comunidade era alcançada através do fato de que mais de um vizinho estava experimentando o mesmo rito de passagem, de forma que famílias jovens podiam partilhar o cuidado das crianças e as atividades escolares, enquanto os casais mais velhos podiam esperar serem auto-suficientes. Os papéis de gênero eram baseados menos em algum princípio sábio e mais no fato que esposos e esposas obtinham ganhos com o casamento que eles não poderiam obter fora dele.

Mas este modo de organizar a família, a comunidade e as relações de gênero baseava-se em condições salariais, de trabalho e habitacionais que deixaram de prevalecer a partir dos anos 70. E, nesta virada, os valores associados a estes papéis, já seriamente comprometidos por seus efeitos sobre as minorias raciais, mulheres, gays e lésbicas ou os pobres, tenderam a mostrar seu fundamento, quando mesmo nas famílias mais privilegiadas da classe média branca os incentivos econômicos por trás dele

deixaram de operar. As pressões contra o compromisso exercida pelo individualismo ocidental tradicional e pelo consumismo foram muito amplificadas nos anos 70 e 80 pelas formas como as mudanças socio-econômicas e políticas exacerbaram as desigualdades e removeram a maioria das recompensas que costumavam ser associadas, ainda que imperfeitamente, ao trabalho duro, frugal e planejado.

A erosão da solidariedade social e dos deveres cívicos, o apelo declinante da gratificação adiada e o crescimento do cinismo não ocorre apenas entre os pobres, as minorias e aqueles que rejeitam a "tradição". Ela foi *construída no interior da resposta cultural majoritária às recentes tendências socio-econômicas*. Os jovens norte-americanos não tem que olhar para nenhum dos chamados "desclassificados" para aprenderem que adiar gratificação é para tolos. A lição é transmitida pelos especuladores de Wall Street, piratas das corporações, criminosos do sistema financeiro.

Uma ética de comunidade

A família privada sempre foi amoral na sua elevação dos laços de sangue acima das redes de classe e comunidade. Se a única forma pela qual nós podemos pensar sobre a moralidade e a obrigação para com os outros é apenas se eles são um parceiro potencial no casamento ou um produto de nossa própria prole, teremos uma concepção muito truncada de interdependência. Se a única forma pela qual nós podemos considerar relacionarmos com as pessoas de uma forma não competitiva e não contratual é trazendo elas para nossa família, as possibilidades para a cooperação social são obviamente muito estreitas.

Mais e mais, vemos que a família nuclear privada não é apenas uma base inadequada para a comunidade. É também muito frágil, tanto em sua estrutura como em sua ideologia, para sustentar laços de compromisso mesmo entre seus membros imediatos. Ela oferece pouca proteção contra o excesso de individualismo do tipo eu-primeiro. Quando concebemos obrigação não para com nossa comunidade mas apenas para com nossa família, onde estão os apoios externos, além da coerção, para a obrigação dentro da família? Quando a família é o único lugar onde se espera que o compromisso e o altruísmo prevaleçam, o que impedirá as pessoas de abandonem este fardo pela liberdade da obrigação que existe em todos os outros lugares?

No contexto de uma ampla difusão da deterioração econômica, combinada com uma resistência bem sucedida de muitos a serem constrangidos às relações familiares tradicionais, ocorre que *a família nuclear deixa a criança extraordinariamente vulnerável*. Basta uma morte, um divórcio, um desacordo - mesmo um teste de sangue, de acordo com alguns casos legais recentes nos EUA - para que elas nada tenham. O medo deste nada explica porque a análise da direita da crise da família encontra eco. E porque a solução da direita não é, de forma alguma, uma solução. Ao direcionar nossa atenção apenas para pessoas que nós podemos amar e com a qual nos relacionamos, a campanha pelos "valores da família" enfraquece e atenua nossa habilidade para conceber outros relacionamentos. O que necessitamos é uma forma de nos relacionarmos com as pessoas, comunicarmos e colaborar com elas, mesmo com quem não amamos e não queremos em nossa família. Necessitamos de um sentido de obrigação moral que não dependa do amor ou do parentesco biológico. □

Este texto é a transcrição condensada e editada de uma palestra proferida pela autora no International Institute for Research and Education, de Amsterdam. Foi originalmente publicado em *Women's Lives in the New Global Economy*, organizado por Penny Duggan e Heather Dashner. IIRF, 1994.

O PENSAMENTO ÚNICO

IGNACIO RAMONET

Aprisionados. Nas democracias atuais, mais e mais cidadãos livres se sentem aprisionados, dominados por uma espécie de doutrina viscosa que, insensivelmente, envolve todo raciocínio rebelde, o inibe, o perturba, o paralisa e termina por o asfixiar. Esta doutrina é o pensamento único, que detém autorização exclusiva de uma polícia da opinião invisível e onipresente.

Depois da queda do muro de Berlim, do colapso dos regimes comunistas e da desmoralização do socialismo, a arrogância e a insolência deste novo Evangelho atingiram um tal grau que se pode, sem exagero, qualificar este furor ideológico de dogmatismo moderno.

O que é o pensamento único? A tradução em termos ideológicos com pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular aquelas do capital internacional. Ela foi, capital internacional. Ela foi, por assim dizer, formulada e definida em 1944, por ocasião dos acordos de Bretton-Woods. Suas principais fontes são as grandes instituições econômicas e monetárias - Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial de Comércio, Comissão Européia, os bancos centrais, etc. - que, com seus financiamentos, arregimentam ao serviço de suas idéias, através de todo o planeta, numerosos centros de pesquisa, universidades, fundações, as quais, por sua vez, aprimoram e difundem a boa palavra.

Este discurso anônimo é retomado e reproduzido pelos principais órgãos de informação econômica, e principalmente pelas "bíblis" dos investidores e dos especuladores - *The Wall Street Journal*, *Financial Times*, *The Economist*, *Far Eastern Economic Review*, *les Echos*, Agência Reuters, etc. - propriedades, frequentemente, de grandes grupos industriais ou financeiros. Por toda parte, faculdades de ciências econômicas, jornalistas, ensaístas, políticos enfim, retomam os principais mandamentos destas novas tábuas da lei e, através dos grandes meios de comunicação de massa, repetem-as até a saciedade. Compreendem corretamente que, em nossas sociedades midiáticas, a repetição vale como demonstração.

O econômico se impõe

O primeiro princípio do pensamento único é



FOTO ANTOLÓGICA DE JAMES DEAN EM NOVA IORQUE EM 1955

tão forte que um marxista distraído não o renegaria: *o econômico se impõe sobre o político*. É baseando-se em tal princípio que, por exemplo, um instrumento tão importante nas mãos do executivo como é o Banco da França foi, sem oposição significativa, tornado independente em 1994 e, de alguma forma, "colocado ao abrigo dos azares políticos". "O Banco da França é independente, apolítico e transpartidário", afirma seu governador, Jean-Claude Trichet, que entretanto acrescenta: "Nós solicitamos a redução dos déficits públicos", e "prosseguiremos com uma estratégia monetária estável" (*Le Monde*, 17/12/1994). Como se esses dois objetivos não fossem políticos!

Em nome do "realismo" e do "pragmatismo" - que Alain Minc formula da seguinte maneira: "O capitalismo não pode colapsar, é o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade. O mercado, sim." (*Cambio* 16, 5/12/

1994) - a economia é colocada no lugar de comando. Uma economia desembaraçada do obstáculo do social, que caminha por si, uma espécie de ganga patética cujo peso seria causa de regressão e de crise.

Ídolos

Os outros conceitos-chaves do pensamento único são conhecidos: o *mercado*, ídolo cuja "mão invisível corrige as asperezas e as disfunções do capitalismo", e particularmente dos mercados financeiros, cujos "sinais orientam e determinam o movimento geral da economia"; a *concorrência* e a *competitividade*, que "estimulam e dinamizam as empresas, conduzindo-as a uma permanente e benéfica modernização"; o *livre-comércio* sem limites, "fator de desenvolvimento ininterrupto do comércio, e portanto das sociedades"; a *globalização* tanto da produção manufatureira quanto dos fluxos financeiros; a *divisão internacional do trabalho*, que "modera as reivindicações sindicais e abaixa os custos salariais"; a *moeda forte*, "fator de estabilização"; a *desregulamentação*; a *privatização*; a *liberalização*, etc. Sempre *menos Estado*, uma arbitragem constante em favor dos rendimentos do capital em detrimento daqueles do trabalho. E uma indiferença para com o *custo ecológico*.

Este catecismo é constantemente repetido em todas as mídias, por quase todos os políticos, tanto de direita como de esquerda - conhece-se a célebre resposta de Dominique Strauss-Kahn, ministro socialista da indústria, à questão "O que é que vai acontecer se a direita ganhar", ao que ele afirma: "Nada. Sua política eco-

nômica não será muito diferente da nossa" (*The Wall Street Journal Europe*, 18/3/1993). Isso lhe confere uma tal força de intimidação que ela asfixia toda tentativa de reflexão livre e torna muito difícil a resistência contra este novo obscurantismo.

Chega-se quase a se considerar que os 17,4 milhões de desempregados europeus, o desastre urbano, a precarização geral, a corrupção, os bairros populares em chamas, a pilhagem ecológica, o retorno dos racismos, dos integristas e dos extremismos religiosos e a maré de excluídos são simples miragens, alucinações culpáveis, muito discorantes neste melhor dos mundos que edifica, para nossas consciências anestesiadas, o pensamento único. □

Ignacio Ramonet é o diretor do *Le Monde Diplomatique*. Este artigo é o editorial do número de janeiro de 1995.